



ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZASSETE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2013/2017, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezassete, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a oitava reunião de dois mil e dezassete da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presente Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores João Miguel Amaro Marques, António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão e Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, comigo, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica. Ausente desta reunião esteve o Senhor Vereador Henrique José Leocádio Lopes, por motivos pessoais, falta que foi considerada justificada.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela Senhora Presidente:

1. AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

- A) Processos de Licenciamento e Requerimentos
- B) Reabilitação Urbana e Habitação – Projeto de Execução da “Iniciativa Escola a Pé” - integrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) na prioridade de Investimento 4.5.
- C) Projetos Municipais

2. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

- A) Apreciação da Situação Financeira
- B) Prestação de Contas 2016
- C) 1ª Revisão Orçamental 2017

3. SÓCIO CULTURAL

- A) Protocolos de Escolas e Escolinhas de Desporto – Proposta de Adesão/2 Associações – Equimor – Sonhos e Troféus, Associação Equestre; Associação de Pais do Jardim de Infância nº1 de Montemor-o-Novo
- B) Proposta de Programa de Voluntariado Jovem – Apoio às Atividades de Verão 2017
- C) Proposta de Protocolo com a Associação de Proteção Social à População de Santiago do Escoural – Apoio para aquisição de equipamento/viatura adaptada
- D) Proposta de Alteração ao Programa de Voluntariado da Feira da Luz 2017
- E) Proposta de atribuição de subsídio – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo – Comparticipação para aluguer de autocarro/deslocação a Lisboa
- F) Pedido de isenção de taxas – “IV Corrida Louca em Carrinhos de Rolamentos” - Lavre

4. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - OBRA DE ADAPTAÇÃO E MELHORAMENTO DE ESPAÇOS DE PRÉDIO MUNICIPAL

Handwritten signature: J. Carlos

5. MOÇÃO SAUDAR ABRIL, NO 43º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974

6. PROPOSTA DE ATA Nº06 DE 22/03/2017

7. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

Período de Antes da Ordem do Dia

Inauguração das novas Instalações da Oficina da Criança

Na abertura do período de antes da ordem do dia, interveio em primeiro lugar a Senhora Presidente, informando o executivo sobre o programa da Inauguração das novas instalações da Oficina da Criança, no dia 29 de abril, integrado nas Comemorações do 43º aniversário do 25 de Abril, dizendo que, 36 anos após o início deste projeto, a Oficina da Criança tem agora um novo Espaço, mais amplo e com ainda mais atividades para as crianças de Montemor-o-Novo. Convidou todos os Vereadores a estarem presentes.

ORDEM DE TRABALHOS

1. AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

A) Processos de Licenciamento e Requerimentos

Processos de Licenciamento

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a Senhora Vereadora Palmira Catarro, submeteu à consideração do Executivo os seguintes processos:

De: ERMELINDA DO ROSÁRIO BARREIRA CRAVINA, requerendo alteração de uso de comércio para habitação, do edifício sito na Rua da Praça ao Corro, n.º 5 e Travessa do Espírito Santo n.º 16, em Montemor-o-Novo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, arquiteto.

Data de entrada do requerimento: 27/02/2017 e 28/03/2017

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo, de acordo com o parecer dos serviços.

De: SALVADOR AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA MARQUES FERREIRA, requerendo junção do projetos de especialidades e o licenciamento da obra de alteração de habitação sita na Herdade de Vale Porcos, em Cortiçadas de Lavre, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, tendo como técnico responsável José Alexandre Palminha Madruga Neves, engenheiro técnico civil.

Data de entrada do requerimento: 7/04/2017

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo, de acordo com o parecer dos serviços.

De: JOSÉ FORTUNATO, requerendo aprovação do projeto e licenciamento da legalização da obra de ampliação da habitação e anexo sita na Rua do Pôr do Sol, n.º 13, em Cortiçadas de Lavre, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, arquiteto.

Data de entrada do requerimento: 10/02/2017 e 28/03/2017

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo, de acordo com o parecer dos serviços.

De: CASA DE REPOUSO DE ISALINDA FRADINHO, SOC. UNIPessoal, LDA., requerendo informação prévia sobre aditamento ao alvará de loteamento n.º 7/93 e ampliação do lar de idosos sito na Rua Bento Gonçalves, n.º 5 (lote 1), na freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Data de entrada do requerimento: 28/03/2017

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo, de acordo com o parecer dos serviços.

Requerimentos

De: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO DE SANTIAGO DO ESCOURAL, requerendo isenção/redução de taxas referentes à emissão de licença de ruído e de recinto para a realização de baile, na Rua Salvador Joaquim do Pomar, na freguesia de Santiago do Escoural.

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora de 20/03/2017: “Concordo. Apresente-se a reunião de Câmara para ratificação.”)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Sra. Vereadora Palmira Catarro.

De: ATC – ASSOCIAÇÃO TERRA DE CEAREIROS CULTURA E TRADIÇÕES DE FOROS DE VALE DE FIGUEIRA, requerendo isenção/redução de taxas referentes à emissão de licença de ruído e de recinto para a realização de baile, No Centro Cultural de Foros de Vale de Figueira, na freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora de 6/04/2017: “Concordo. Apresente-se a reunião de Câmara para ratificação.”)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Sra. Vereadora Palmira Catarro.

De: ACLD – ASSOCIAÇÃO CULTURAL LAVRE DINÂMICO, requerendo isenção/redução de taxas referentes à emissão de licença de ruído e de recinto para a realização de baile, na Rua Bernardino Machado, em Lavre, na União das Cortiçadas de Lavre e Lavre.

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora de 6/04/2017: “Concordo. Apresente-se a reunião de Câmara para ratificação.”)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Sra. Vereadora Palmira Catarro.

B) Reabilitação Urbana e Habitação – Projeto de Execução da “Iniciativa Escola a Pé” - integrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) na prioridade de Investimento 4.5.

Continuando no uso da palavra a Senhora Vereadora Palmira Catarro, apresentou o referido Projeto de Execução da “Iniciativa Escola a Pé” – integrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) na prioridade de Investimento 4.5.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido Projeto.

C) Projetos Municipais

De novo no uso da palavra a Senhora Vereadora Palmira Catarro submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

Projeto de remodelação e ampliação da EB1 de Montemor-o-Novo (estudo prévio)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio, relativo ao Projeto de Remodelação e ampliação da EB1 de Montemor-o-Novo.

Projeto de remodelação e ampliação da EB/JI de Cortiçadas de Lavre (estudo prévio)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio, relativo ao Projeto de Remodelação e ampliação da EB/JI de Cortiçadas de Lavre.

Projeto de remodelação e ampliação da EB/JI de Santiago do Escoural (estudo prévio)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio, relativo ao Projeto de Remodelação e ampliação da EB/JI de Santiago do Escoural.

Projeto de remodelação e ampliação da EB/JI de Lavre (estudo prévio)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo prévio, relativo ao Projeto de Remodelação e ampliação da EB/JI de Lavre.

2. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) Apreciação da Situação Financeira

Intervio seguidamente a Senhora Presidente para dar conhecimento ao Executivo da Situação Financeira do Município de acordo com a seguinte informação:

“Junto envio Resumo da Tesouraria do dia 20/04/2017, a fim de ser distribuído na reunião de Câmara.

Para uma leitura mais rápida do mesmo, faço alguns esclarecimentos quanto à sua apresentação.

No resumo constam todos os movimentos financeiros do dia, acumulados e saldos para o dia seguinte, bem como o total das disponibilidades do Município, por caixa e Bancos.

Relativamente ao total das disponibilidades (3.165.696,86 euros) é a soma de todos os saldos dos bancos (3.150.191,06 euros) e o total do valor em caixa (15.505,80 euros).

O total das disponibilidades referido é dividido em Operações Orçamentais (2.880.282,14 euros) e Operações não Orçamentais (Operações de Tesouraria 285.414,72 euros).

As disponibilidades Orçamentais são o total da soma dos saldos de todos os bancos, exceto as contas de operações de tesouraria – 9011 e 8139, (2.868.717,30 euros) e o numerário em caixa, da parte orçamental (8.564,84 euros) e ainda 3.000,00 do fundo de maneo, constituído nos termos do artigo 7º do Regulamento de Controlo Interno).

As disponibilidades não Orçamentais são o total das contas de Operações de Tesouraria (9011 e 8139 – 281.473,76 euros) e o numerário em caixa da parte não orçamental (3.940,96 euros).

Nos termos do ponto 1 do artº 6º regras de caixa do Regulamento de Controlo Interno, a importância em numerário existente em caixa na tesouraria, deve conter-se dentro dos limites definidos por um montante mínimo equivalente ao índice 100 (343,28euros) da escala salarial da função pública e um máximo fixado em 25 vezes aquele índice, que será o montante de 8.582,00 euros.

Verifica-se que não foi cumprido aquele valor, em virtude de o total da receita arrecada hoje, ter sido elevado.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação apresentada.

B) Prestação de Contas 2016



Continuando no uso da palavra a Senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo o documento relativo à Prestação de Contas 2016, fazendo uma breve apresentação de enquadramento e análise da atividade municipal nos seguintes termos:

“O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação, os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2016.

O ano de 2016 foi marcado por uma nova fase da vida política nacional, em resultado das eleições legislativas de 2015. Em face disso, tem sido possível, embora de forma limitada, devolver rendimentos e direitos roubados.

Assim foi com o fim dos cortes salariais aos trabalhadores do Estado e empresas públicas; a redução da sobretaxa do IRS e a sua eliminação em 2017; a reposição do horário de trabalho de 35 horas na administração pública; a reposição de 4 feriados; a revogação de medidas lesivas da dignidade dos professores e adoção de formas de avaliação para a melhoria da aprendizagem escolar.

O Orçamento para 2016 foi diferente para melhor, mas ainda com muitas limitações que resultaram das opções políticas do Governo, mas abre a possibilidade de interromper aspetos da ofensiva que estava em curso e concretizar medidas pelas quais os trabalhadores muito lutaram.

O Orçamento de Estado para 2016 integrou decisões de desagravamento fiscal sobre os trabalhadores, a redução da sobretaxa e a devolução de salários cortados, facilitou o acesso à saúde com a redução de taxas moderadoras e a possibilidade de contratação de mais médicos; reduziu o IVA na restauração para 13%, protegeu as famílias do aumento do IMI; permitiu dar um primeiro passo no combate à precariedade na Administração Pública; assumiu o descongelamento das pensões, o aumento ou majoração de prestações sociais como o abono de família, o Rendimento Social de Inserção, o Complemento Solidário para Idosos ou o Subsídio por Assistência de terceira pessoa; reduziu as restrições à contratação na Administração Pública, em particular na Administração Local; progrediu, ainda que de forma tímida, na taxação dos grupos económicos.

A insuficiência das medidas e as limitações do seu alcance marcaram o ano de 2016 no concelho de Montemor-o-Novo.

Na análise da situação económica e social, embora não seja possível o recurso a indicadores estatísticos de 2016, considera-se relevante as informações que constam do Referencial de Coesão Social (2014) que posiciona o Concelho no grupo de 38 concelhos que registam menores graus de incidência de fatores centrais de exclusão (desemprego, baixas habilitações escolares, dependência de prestações sociais, endividamento e melhores rendimentos).

Os indicadores que mais favorecem este posicionamento relativo prendem-se com:

. uma taxa de desemprego relativamente baixa e inferior à média do Alentejo e do País (13,2%);

. Montemor-o-Novo é também o Concelho do Alentejo Central com menor proporção de pessoas em famílias com 2 ativos e em que ambos estão desempregados e, também, com menor peso do desemprego jovem;

. menor dependência de prestações sociais, estando entre os cinco concelhos do Alentejo onde o peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente é mais baixo e também entre os três concelhos do Alentejo Central com menor proporção de beneficiários de abono de família no 1º escalão.

Apesar de Montemor-o-Novo mostrar uma resistência à crise assinalável, como registam alguns indicadores económicos e sociais (taxa de desemprego), os limites sociais que os sucessivos cortes nos salários, nas prestações sociais e na sua ausência ou negação de acesso, as dificuldades de acesso aos serviços públicos (saúde e segurança social), não foram totalmente ultrapassada, sobretudo nos agregados familiares de mais baixos rendimentos.

[Assinatura]

A concretização de novos investimentos privados tem vindo a ser dificultada pelas condicionantes de acesso ao crédito bancário, contudo em 2016 foi notório o crescimento de novas intenções (em diferentes fases de maturidade), alavancadas pelas perspectivas dos apoios financeiros do Portugal 2020. De destacar, a área do turismo, transformação de carnes, tecnologias de informação, transformação de produtos alimentares.

Do ponto de vista da gestão do Poder Local, 2016 caracterizou-se pela aplicação de um conjunto de medidas do Orçamento de Estado que interrompeu, apenas parcialmente, o ataque que o Poder Local vinha a sofrer nos últimos. Mantém-se contudo fortes limitações administrativas e financeiras a uma melhor resposta às populações.

Das principais medidas na área do Poder Local, regista-se:

- o restabelecimento da possibilidade de se proceder à contratação de trabalhadores;*
- estabelecem-se limitações aos valores globais de aquisições de serviços;*
- aumento de 1,2% na participação das autarquias locais nos impostos do Estado;*
- alteração, embora muito limitada da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso;*
- eliminação da consignação do aumento de receita dos impostos municipais;*
- redução da taxa máxima de IMI nos prédios urbanos;*
- o produto da cobrança do IMT é receita municipal, como aconteceu até 2013;*
- são excecionados do limite de endividamento total os empréstimos destinados ao financiamento da contrapartida nacional de projetos candidatados a financiamentos comunitários;*

Neste contexto, a atividade municipal no ano de 2016, foi condicionada por:

- . Aplicação da nova Lei de Finanças Locais (Lei nº 73/2013) que se caracteriza por uma redução na participação das autarquias nos impostos do Estado, consignação, cativação e retenção de receitas e alterações às regras do endividamento municipal, cujas alterações aprovadas no Orçamento de Estado de 2016 foram manifestamente insuficientes;*
- . Atraso no arranque do quadro de financiamento 2014-2020, que só em 2016 disponibilizou os primeiros avisos de concurso para as autarquias;*
- . Consequências da impossibilidade de contratação de pessoal até ao Orçamento de Estado de 2016, com reflexos na resposta da atividade municipal, ao nível técnico e operacional;*
- . Constrangimentos provocados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), que pese embora as alterações aprovadas no OE/2016 continua a limitar e condicionar o planeamento e a concretização de investimentos no concelho*

Este contexto manteve a impossibilidade de cumprimento dos programas eleitorais, nomeadamente os maiores investimentos previstos (Recuperação do Convento de S. Francisco, Pavimentação de Arruamentos e Estradas Municipais e Requalificação do Cineteatro Curvo Semedo) e manteve os constrangimentos resultantes da obrigatoriedade de redução de pessoal e de proibição generalizada de contratação de pessoal até ao Orçamento de Estado de 2016, bem como da aplicação continuada da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Em 2016, no contexto já descrito, mantivemos as contas equilibradas, no quadro de uma gestão de recursos escassos, assegurámos um bom nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados, no quadro dum projeto político que rasgando horizontes, planeia, projeta e constrói um futuro melhor para o concelho.

Destacam-se as seguintes ações e investimentos:

- . 40 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições para o Poder Local Democrático*
- . Requalificação da Biblioteca Municipal (conclusão das intervenções)*
- . Protocolo de cooperação para a gestão, salvaguarda e visita pública da Gruta do Escoural, entre a Direção Regional de Cultura, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural e a Associação Amigos Unidos pelo Escoural*
- . Ampliação do Cemitério de Cortiçadas de Lavre*
- . I Semana da Bolota- Programa “Ao Sabor das Estações”*

Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder aos principais problemas da população do concelho. Mantivemos a luta contra a extinção de freguesias, em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Participámos no Congresso Amalentejo, afirmando a importância do reforço do Poder Local no Alentejo, com a criação da Comunidade Regional do Alentejo.

É importante referir e sublinhar que pese embora as dificuldades e constrangimentos, Montemor-o-Novo manteve uma atividade económica, social e cultural que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar e minimizar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.

O presente relatório de gestão traduz de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano, as onze opções programáticas aprovadas no programa eleitoral sufragado pelos montemorenses no mandato 2013-2017, bem como a execução orçamental, na continuidade do trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores.

Foram grandes objetivos:

. Promover a democracia participada - intensa atividade do município, onde destacamos a auscultação não institucional assegurada por diversas ações como encontros e atendimentos à população, auscultação sobre questões de interesse local, plenários e reuniões diversas, apresentação e consulta pública de projetos e estratégias de desenvolvimento, a denuncia da contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático pugnando pela defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações, a defesa da regionalização, da descentralização local, defesa das freguesias, e rejeição da legislação atentatória ao poder local democrático e da institucionalização das regiões administrativas.

Destacamos a intervenção pela reposição das 10 freguesias do concelho. A Câmara Municipal e as Autarquias Locais do Concelho, desenvolveram uma campanha pela reposição de freguesias, com sessões públicas e recolha de assinaturas. A mobilização popular em torno desta necessidade e o atual quadro político faziam crer que era possível a aprovação em Dezembro de 2016, na Assembleia da República (órgão a quem cabe a decisão sobre extinção ou criação de freguesias), de projeto de Lei que viabilizasse a reposição de freguesias, onde os órgãos autárquicos assim o deliberassem. Assim não veio a acontecer, quando na votação final PS, PSD e CDS-PP votaram contra. Perdeu-se uma oportunidade de reverter um dos ataques ao Poder Local Democrático!

O ano de 2016 ficou também marcado pela presença no Congresso AMAlentejo, em dia 2 de abril, sob o lema Mais Poder Local, Mais Democracia, Melhor Alentejo. Participar no Congresso AMAlentejo foi uma forma de homenagear, valorizar e defender o Poder Local Democrático, a sua obra extraordinária, construída ao serviço de todos nós desde a sua consagração na Constituição da República, a 2 de abril de 1976, há precisamente 40 anos.

Ao longo do ano, assinalámos também os 40 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições para o Poder Local Democrático, com um programa que assinalou Abril como o berço do texto constitucional de 76, que inaugurou o estado democrático e livre. Só com os princípios enunciados na Constituição de 76, aprovada pela Assembleia Constituinte como lei fundamental da República a 2 de abril, foi possível desenvolver a ação democrática que permitiu elevar a qualidade de vida dos montemorenses. Tal resultou fundamentalmente da ação das autarquias, Câmara e Freguesias, em estreita e permanente relação com as massas associativas do Concelho.

Destacam-se as seguintes ações: Exposição 40 anos de Constituição|40 anos das primeiras eleições no Poder Local Democrático, participação na Conferência "O Poder Local Democrático e a Constituição da República Portuguesa" – organizada pela CIMAC, Espetáculo para a Comunidade Escolar - 40 anos da Constituição e do Poder Local Democrático, Conferência sobre Gênese e Projeto da Constituição de 1976 e Sessão de Homenagem a todos os eleitos do Poder Local do Concelho.

Mantivemos a política de descentralização de competências, assegurando que, pese embora, o acréscimo de competências diretas, as Freguesias do concelho têm meios e recursos disponíveis

para intervenção e resposta às populações. Os acordos de cooperação foram limitados, sobretudo pelos constrangimentos financeiros.

Procurámos concretizar também o fomento da dinâmica popular e da dinamização do movimento associativo através da manutenção dos apoios, da contratualização com instituições e da gestão participada de equipamentos.

. Valorizar e defender o serviço público de qualidade – O ano de 2016 ficou marcado pela continuidade da intervenção ao nível das instalações municipais, com a construção da cobertura para veículos, nas instalações municipais na Adua.

Embora com atraso, temos vindo a dar continuidade à modernização das instalações dos serviços municipais. Foi também iniciada a intervenção de remodelação das instalações municipais no Jardim Público.

A concretização deste objetivo deu-se com a continuidade da modernização da Câmara em remodelações diversas, implementação do programa de modernização da gestão municipal, promoção do município e da atividade municipal, participação em projetos intermunicipais de desenvolvimento, bem como a preparação de programas e formação profissional dos trabalhadores.

Mantivemos o trabalho na área do pessoal, da formação e da melhoria das condições de trabalho, com contactos regulares com as estruturas representativas dos trabalhadores e o integral respeito pelos direitos dos trabalhadores como orientação política de fundo. Foi publicado e deu-se início à aplicação do Regulamento Municipal de Fardamentos e EPI's. Mantiveram-se, contudo, os constrangimentos aos investimentos nas instalações municipais. Na área da comunicação revela-se a gestão de conteúdos informativos nas redes sociais e outras plataformas de comunicação. Teve lugar a extensão da rede de fibra ótica entre os edifícios e equipamentos dos serviços municipais, permitindo melhorar e otimizar o funcionamento dos mesmos.

Em 2016, teve continuidade o trabalho de Revisão da Carta Estratégica, com o aprofundamento e discussão pública com a apresentação do Modelo de Intervenção Estratégica - Montemor-o-Novo 2025, explicitados os Objetivos Gerais e Específicos, Domínios de Intervenção – Objetivos Operacionais e propostas de Projetos a integrar a Carta Estratégia.

. Apostar na dinamização, expansão e diversificação da economia - O desenvolvimento económico e o emprego constituem uma prioridade estratégica permanente, na perspetiva da diversificação, expansão e dinamização da base económica.

Em 2016, mantivemos o Programa Mor+ Economia- desenvolver, empreender e inovar da qual destacamos as visitas e contactos diretos com agentes económicos, a promoção de ações de divulgação de programas e incentivos à atividade económica.

Foi dada continuidade à implementação da Agenda 21 Local, acompanhando as ações dos Apelos lançados aos cidadãos e aos trabalhadores, realizando ações do Plano de Ação Concelhio e com a realização do Encontro Anual, no final do ano. A partir das prioridades definidas no Plano de Ação Concelhio foi elaborado um programa de atividades com o objetivo de promover os produtos alimentares que são produzidos no concelho bem como o seu consumo, o programa “Ao Sabor das Estações”. Aqui destaca-se a realização da 1ª semana da Bolota, uma iniciativa promovida em parceria com a Herdade do Freixo do Meio, que pretende valorizar o ecossistema do Montado, as suas produções e a disseminação da utilização da bolota na gastronomia, configurando uma componente de promoção de Montemor-o-Novo dentro e fora da região.

Mantiveram-se as ações no âmbito do Menu KM0 projeto desenvolvido em parceria, e que pretende promover os produtos alimentares produzidos no concelho, valorizando através da promoção da gastronomia esta herança e património histórico e antropológico de Montemor-o-Novo.

A partir do Centro de Acolhimento às Micro Pequenas e Médias Empresas, foi dinamizado um programa de divulgação e acolhimento de novas ideias e empresas, de realização de encontros e sessões temáticas sobre inovação, medidas de apoio à criação de emprego, mas também de acompanhamento técnico e mentoria aos empreendedores aí instalados. Estas iniciativas concretizaram-se também com a rede de parcerias regionais na área do desenvolvimento económico e empresarial: ADRAL e NERE, bem como o IEFP e a Autoridade de Gestão do



Alentejo 2020. Foi iniciado o estudo para a implementação de novo espaço de incubação na cidade.

No âmbito da promoção do concelho e da participação em redes de promoção e atração de investimento, participámos numa ação do projeto “Dá-te a conhecer” (que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo integra) organizado pelo Centimfe no Fundão.

Manteve-se o projeto de Hortas Comunitárias nos Casais da Adua, em parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores cuja adesão tem superado as expectativas. O Programa de Promoção da Economia do Concelho promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do Festival de Sopas e da Feira do Pão e da Doçaria. Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico assentaram em programas de iniciativa municipal, com o Programa de Apoio à Atividade Económica, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas (Encontro de Rede de Empresas do Alentejo Central-encontros de matching, entre outros).

No Programa de Dinamização de Atividades, mantivemos a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos aqui, a programação dos Dias Tranquilos, a participação na BTL-Bolsa de Turismo de Lisboa, a adesão à Rota do Fresco e Rota do Montado do Alentejo em parceria com a SPIRA-Revitalização do Património, o lançamento do roteiro do Enoturismo, fruto dum trabalho articulado entre a Câmara Municipal e os produtores locais e a realização do Open Day com tour operators, um dia aberto à promoção e divulgação do concelho, para o qual se convidaram operadores turísticos nacionais.

Mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal, em parceria com a Rede de Cidadania. Foi concluído o projeto de execução de intervenção global no edifício do Mercado Municipal e envolvente, seguir-se-á o lançamento da empreitada, atendendo a que está garantido o financiamento no âmbito do PEDU.

. Assegurar um ordenamento do território equilibrado - esta opção programática concretizou-se através da gestão urbanística, planeamento, apoio à recuperação e construção de habitação, qualificação urbana, rede viária, património edificado, apoio a iniciativas de particulares, gestão dos solos e da energia. Destacam-se alguns investimentos, arranjos e beneficiação de espaços exteriores, manutenção e beneficiação de espaços verdes. No âmbito da elaboração de projetos, destacam-se os projetos de recuperação integral do edifício do Mercado Municipal e da área envolvente, o projeto de renovação da conduta distribuidora de abastecimento de água Chapelar-Ciborro (cuja intervenção está em curso). O Programa de Ordenamento do Território e o Programa de Planeamento Urbano deram continuidade à Revisão do PDM, com os trabalhos da 1ª fase. Foi feita uma alteração ao Plano de Pormenor da ZIA. O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Manteve-se o apoio à recuperação de habitação através do Programa MorSolidário.

No Programa de Reabilitação Urbana, na sequência da aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) na cidade (Castelo e Arrabalde, Avenida e Antigo Campo da Feira e São Pedro), deu-se início à elaboração das ORU's (Operações de Reabilitação Urbana) que visam estruturar as intervenções a efetuar no interior das ARU's, dando sequência à estratégia de reabilitação urbana aprovada.

Destacamos também, a assinatura do contrato de financiamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), instrumento criado no âmbito do Portugal 2020 para fundamentar a estratégia de intervenção na área da mobilidade, regeneração urbana e intervenção social nos centros urbanos estruturantes (cidade de Montemor-o-Novo). Durante o ano, foram desenvolvidos os projetos das intervenções que integram as componentes do PEDU.

Na área da mobilidade, circulação e trânsito, destaca-se a conclusão e aprovação do Plano de Acessibilidade e Mobilidade para a Cidade de Montemor-o-Novo, cuja 1ª fase será concretizada no âmbito das intervenções do PEDU. Participámos também no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central elaborado pela CIMAC.

No Programa de Preservação do Património, destacamos o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na modelação e investigação para a reconstrução virtual do património integrado na plataforma Morbase, de que foi exemplo a reconstrução virtual de Santa Maria do Bispo e do Paço dos Alcaldes,

no Castelo de Montemor-o-Novo, em 1534, apresentada em 2016. O reconhecimento do trabalho desenvolvido na valorização e preservação do património teve lugar também na Exposição central da Feira da Luz/Expomor 2016 intitulada: "Património. Partilhar o Passado. Construir o Futuro" que apresentou o património cultural do Concelho de Montemor-o-Novo através da paisagem e do seu agente transformador: as pessoas. O património não é apenas o passado mas também o presente.

Importa referir também a assinatura do Protocolo de Cooperação para a Gestão, Salvaguarda e Visita pública à Gruta do Escoural entre a Direção Regional de Cultura, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia para Santiago do Escoural e a Associação Amigos Unidos pelo Escoural, que garante as visitas e a manutenção da envolvente e acesso ao local.

. Preservar e valorizar o ambiente - esta opção teve como principal objetivo a promoção e defesa do meio ambiente e a concretização de medidas para a eficiência energética. No âmbito da conservação da natureza destaca-se o projeto Life-Lines projeto que tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade do território em que atua, um importante corredor de transporte e energia Portugal-Espanha. É liderado pela Universidade de Évora e conta com a parceria da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

A participação em projetos de preservação e conservação da natureza teve continuidade com o acompanhamento da implementação do PIER de Monfurado (1ª fase).

A Câmara Municipal participou no Plano Intermunicipal de eficiência energética que visa discutir e promover uma estratégia integrada de intervenção ao nível da eficiência energética de edifícios e iluminação pública para os 14 concelhos do Alentejo Central, potenciando também o acesso a fontes de financiamento.

No âmbito da sensibilização ambiental, manteve-se o acompanhamento às atividades do Programa Eco-Escolas, o planeamento de atividades para 2016/2017 no âmbito da campanha Agir para reduzir, separar e reciclar e ainda a edição do manual "A saúde dos solos e das plantas (atividade integrada na Agenda 21 Local).

No âmbito dos sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento destacam-se: a automatização do sistema de abastecimento de água a Cabrela, a conclusão do projeto e a preparação da obra de renovação da conduta distribuidora de abastecimento de água Chapelar-Ciborro e a renovação das redes de abastecimento de água e saneamento da Rua Pelágio Peres.

O Programa da Parceria Pública para a Água e o Saneamento centrou-se no acompanhamento da operação dos sistemas por parte da AgdA, S.A. no concelho, de que se destaca a conclusão e início de funcionamento da ETAR de Lavre e o início da construção da nova ETAR de Montemor-o-Novo. Mantém-se a firme intenção de manter a gestão pública da água e do saneamento, rejeitando todas as soluções que facilitem a privatização, a quebra de serviços e a falta de resposta às populações. Na gestão de resíduos destaca-se o Sistema Municipal de recolha e tratamento de resíduos e a requalificação do equipamento urbano.

. Promover a cultura, o desporto e o associativismo - Ainda que afetada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área.

Em 2016 continuaram a ser desenvolvidos um conjunto de projetos no concelho, promovidos pelo movimento associativo, para os quais a Câmara Municipal assegura um apoio financeiro referente à contrapartida nacional, no âmbito dos financiamentos comunitários que foram aprovados. A intervenção concluída em 2016 foi o Aeródromo Municipal.

Mantivemos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local, cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho. Destacam-se variados projetos no âmbito da realização de atividades e/ou equipamentos, dinamização dos diversos serviços e equipamentos municipais (Biblioteca Almeida Faria, Arquivo Municipal, Galeria Municipal, Oficina do Canto, Escola de Ballet, Oficina de Teatro), dinamização e programação cultural com os Ciclos de Programação e descentralização cultural, a preservação e valorização do património cultural. Destacamos a continuação no apoio às áreas artísticas e do pensamento, mantendo a

lógica de apoio à criação e aos criadores, baseados nos projectos de residências promovidos pelos vários agentes culturais, em particular pelos parceiros do Projeto M.

Também o programa de dinamização e promoção da prática desportiva junto da comunidade mantém uma relevância importante na dinâmica e formação das comunidades, onde destacamos os protocolos para os escalões de formação, escolas e escolinhas e o programa “dar mais vida aos anos” e a dinamização de atividades de animação sócio educativa, o programa de apoio à educação física no 1º ciclo do Ensino Básico e o programa de apoio à expressão motora nos Jardins de Infância. Destacamos também o funcionamento da Escola Municipal de natação, com um aumento significativo de praticantes e com resultados competitivos assinaláveis, resultantes numa aposta certa na construção da piscina coberta como um equipamento fundamental para a prática desportiva.

No programa de Tempos livres e lazer mantivemos o trabalho desenvolvido pela Oficina da Criança, cuja obra para a construção de novas instalações ficou quase concluída em 2016, uma referência no desenvolvimento de trabalhos lúdicos, de estímulo à criatividade e de animação, mas também de promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania. Destacamos o projeto educativo “Os solos do meu concelho”, que permitiu dar a conhecer às crianças e jovens do concelho, a riqueza do Património Natural do Concelho, salientando a particularidade dos diferentes tipos de terra que se encontram nas freguesias do Concelho de Montemor.

Desenvolvemos também um importante trabalho no apoio às Associações que desenvolvem trabalho nestas áreas, decisivos para as instituições sem fins lucrativos, incluindo um importante apoio na preparação de candidaturas a financiamentos comunitários que permitiram concretizar, ampliar e consolidar a sua intervenção com a comunidade local;

. Apoiar a juventude - destaca-se a dinamização do Centro Juvenil, com projetos vocacionadas à capacitação dos jovens, permitindo a realização e concretização de projetos individuais e coletivos, em várias áreas, das quais se destacam as áreas da música, através da dinamização do estúdio de som, assim como nas áreas da imagem. Realça-se também a aquisição de equipamentos que reforçam as capacidades técnicas nesta resposta. Na juventude é de realçar o papel da autarquia no apoio ao associativismo juvenil, desenvolvimento de parcerias diversas e a concessão de bolsas de estágio, onde destacamos a concessão de estágios no âmbito do programa municipal de estágios, a atribuição de bolsas para estudantes do ensino técnico, profissional e superior, a dinamização de programa de voluntariado;

. Qualificar o ensino, promover a educação - A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e dos cidadãos. Nesta opção programática, destaca-se a elaboração dos projetos de requalificação de escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do concelho, cujas intervenções têm financiamento assegurado no PDCT assinado entre a CIMAC e a Autoridade de Gestão do Portugal 2020.

Mantivemos o Programa de Ação Social Escolar e o Programa de Transportes Escolares, assegurando um importante apoio social, para além das competências legais da Câmara Municipal. Reforçámos ainda as componentes de apoio à família, com destaque para o apoio à dinamização de ATL's. Nesta opção, destaca-se ainda o programa de apoio à educação física para melhor qualificação do ensino no concelho de Montemor-o-Novo.

. Promover a justiça social e a saúde pública – salienta-se o apoio social integrado no âmbito do programa Mor Solidário, através dos vários eixos de intervenção que apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhoria das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. Destacamos também a atividade do grupo Sênis-Intervenção Social com a população sénior, no âmbito do Conselho Local de Ação Social.

. Assegurar proteção civil e segurança - com destaque para a Proteção Civil, no apoio a instituições e à Associação dos Bombeiros Voluntários;

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um bom nível de concretização dos objetivos definidos para o mandato (2013-2017), cumprindo-se assim, de forma sustentada, os objetivos e prioridades aprovados.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal. Apesar de alterações negativas na sua vida profissional (salários, progressão nas carreiras, regime de aposentação), só foi possível desenvolver toda a atividade municipal e corresponder aos anseios da população, graças ao seu esforço e empenho.

1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os documentos de Prestação de Contas são apresentados em conformidade com o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22/Fevereiro (POCAL) e as suas alterações, e conforme estabelecido na Resolução nº 3/2016 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 18 de janeiro de 2017.

1.1 - Identificação do Município

Município de Montemor-o-Novo

Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

Telefone (geral): 266898100 Fax 266877096

Email: cmmontemor@cm-montemornovo.pt

Sítio: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt>

NIF: 506609553

1.2. - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento)

Executivo:

Presidente

Hortênsia do Anjos Chegado Menino

Vereadores

João Miguel Amaro Marques (Vice-Presidente)

António Adriano Mateus Pinetra

Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro

Olímpio Manuel Vidigal Galvão

Henrique José Leocádio Lopes

Susana Raquel Vicente Mendes (até 29/fevereiro/2016)

Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira (a partir de 01/março/2016)

A Presidente e os Vereadores João Miguel Amaro Marques, António Adriano Mateus Pinetra e Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro exercem funções em regime de permanência.

Não estão atribuídos pelouros aos Vereadores Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira.

A relação nominal dos responsáveis é parte integrante dos anexos.

O Município não dispõe de serviços municipalizados.

O Município não detém participações em empresas municipais.

1.3 - Estrutura organizacional efetiva

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Montemor-o-Novo foi aprovada nos termos do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto tendo sido publicada nos Diários da República 2ª série n.ºs 20, 21 e 22 respetivamente de 29 e 30 de janeiro e 2 fevereiro, todos do ano de 2015.

O Regulamento do Sistema de Controlo Interno foi aprovado em 9 de outubro de 2002, encontrando-se desajustado quer da atual estrutura, quer das alterações decorrentes de atos legislativos, estando em preparação uma proposta de ajustamento do documento para dar resposta às necessidades impostas pela legislação ou pela atividade municipal.

1.4 - Descrição sumária das atividades

A atividade do Município centrou-se na execução dos objetivos do plano sendo de destacar:

Ao nível de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O investimento municipal, repartido por cada projeto/ação inscrito no PPI, assumiu uma expressão orçamental que ascendeu a 2.736 mil euros no exercício de 2016, e comparativamente a 2015 foi inferior em cerca de 27,59%.

No ponto 3.9 do relatório pode ser observado mais pormenorizadamente o desenvolvimento dos valores indicados.

Ao nível da execução do Plano de Atividades:

A despesa corrente registada no ano de 2016 correspondeu a cerca de 12.940 mil euros, correspondente a uma taxa de execução na ordem dos 92,89%.

No ponto 3.6 do relatório pode ser observado mais pormenorizadamente o desenvolvimento dos valores indicados.

As transferências correntes para as freguesias perfizeram mais de 300 mil euros correspondendo a 2,32% do total da despesa corrente.

Para fazer face ao apoio ao movimento associativo do concelho, foram necessários mais de 1.052 mil euros representativos de 8,14% da despesa corrente e 6,62% da despesa total concretizada.

O Município de Montemor-o-Novo, adotou uma regular condição de efetuar os pagamentos aos seus fornecedores tendo em conta os prazos pré-estabelecidos na faturação, e assim pode avocar ter garantido o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, sendo que em 31 de dezembro de 2016 o mapa Pagamentos em Atraso se manteve a zero (0), situação que se mantém desde 2014.

1.5 - Recursos humanos

1.5.1. Estrutura

Tendo por base os dados do balanço social de 2016, a 31 de dezembro desse mesmo ano, o total de trabalhadores era de 331, sendo a sua quase totalidade (97,6%, ou 98,8%, considerando que os 4 Dirigentes Intermédios em Comissão de Serviço, fazem parte do Mapa de Pessoal do Município) era pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Dos restantes, dois trabalhadores encontravam-se com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e dois trabalhadores nomeados em cargos afetos ao Gabinete de Apoio à Presidente e Vereação e ao Gabinete de Apoio às Freguesias.

Ao contrário do ano anterior, no ano de 2016, o Município de Montemor-o-Novo não recebeu qualquer trabalhador em situação de mobilidade, tendo sim assentido na cedência de um Técnico Superior e um Fiscal Municipal a outros organismos da Administração Pública.

Em resumo, o mapa de pessoal do Município de Montemor-o-Novo, a 31 de dezembro de 2016

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	4						4
CTFP por termo		55	71	194	3		323
CTFP a termo				2			2
CTFP a termo							0
Outra						2	2
Total	4	55	71	196	3	2	331

encontrava-se preenchido com pessoal em funções de acordo com o seguinte quadro:

1.5.2. Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Após um ano (2015) em que não houve qualquer alteração ao total do número de trabalhadores municipais, verifica-se em 2016 uma nova descida do total de trabalhadores.

Desta feita, ao contrário do que aconteceu entre os anos de 2012, 2013 e 2014, em que a redução do número de trabalhadores era imposta pelos Orçamentos de Estado, a imposição de redução já não se encontrava em vigor, mas ainda assim ocorreu uma redução de 7 trabalhadores, na sua maioria devido a saídas por iniciativa dos mesmos (duas aposentações, duas mobilidades entre organismos e uma rescisão de contrato), às quais acrescem três caducidades de contratos a termo resolutivo certo, por ter sido alcançado o seu limite máximo, compensados apenas por uma admissão a termo resolutivo certo que se prolongou para o ano de 2017.

A evolução acima descrita encontra-se refletida na tabela abaixo:

	2012	2013	2014	2015	2016
--	------	------	------	------	------

[Handwritten signature]

<i>Comissão de Serviço</i>	9*	7*	5*	4*	4
<i>CTFP por termo indeterminado</i>	329	335	328	328	323
<i>CTFP a termo resolutivo Certo</i>	12	4	3	4	2
<i>CTFP a termo resolutivo incerto</i>	0	0	0	0	0
<i>Outra</i>	3	2	2	2	2
<i>Total</i>	353	348	338	338	331

* durante estes anos, os dirigentes intermédios foram contabilizados no seu lugar de origem, com CTFP por tempo indeterminado e não no seu vínculo de Comissão de Serviço.

1.5.3. Média de Idades e distribuição por género

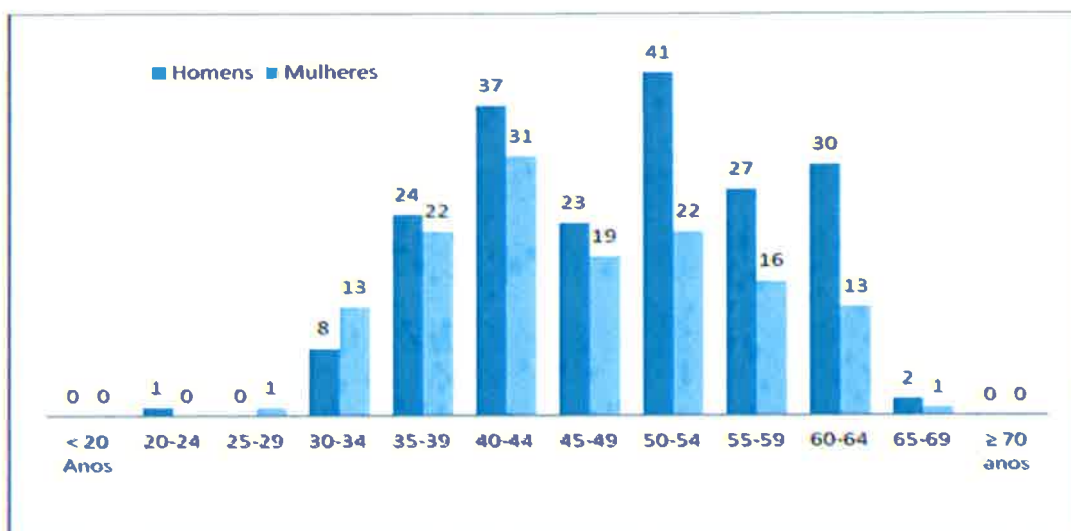
A média de idades dos trabalhadores é de 48 anos, mais um do que no ano anterior.

A distribuição por género tem-se mantido constante, com as mulheres a representarem, nos últimos anos, aproximadamente 40 a 41% do total dos trabalhadores.

	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	210	204	201	199	193
Mulheres	143	144	137	139	138
Total	353	348	338	338	331

Ainda que existam alguns grupos de trabalhadores nos escalões etários até aos 34 e residualmente depois dos 65 anos, aproximadamente 92% dos trabalhadores possuem idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos.

Existem ainda assim dois grupos que se destacam dos demais, em número de trabalhadores que os integram, sendo eles os trabalhadores com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos, e entre os 50 e os 54 anos.



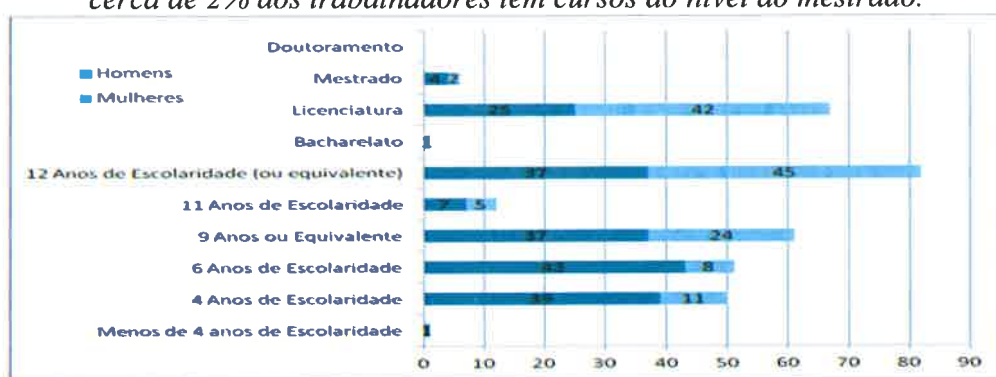
Uma análise em termos de carreiras, constante do quadro seguinte, permite verificar que ao nível dos técnicos superiores, a maioria destes, cerca de 60%, encontra-se nas faixas etárias entre os 35 e os 44 anos. Já nos assistentes técnicos, destaca-se um grupo de cerca de 28% dos trabalhadores que se encontra nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos. Relativamente aos assistentes operacionais, existe alguma homogeneidade nos escalões entre os 40 e os 64 anos, concentrando aqui cerca de 84% dos trabalhadores.

Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
----------------------	------------------	--------------------	------------------------	-------------	--------	-------

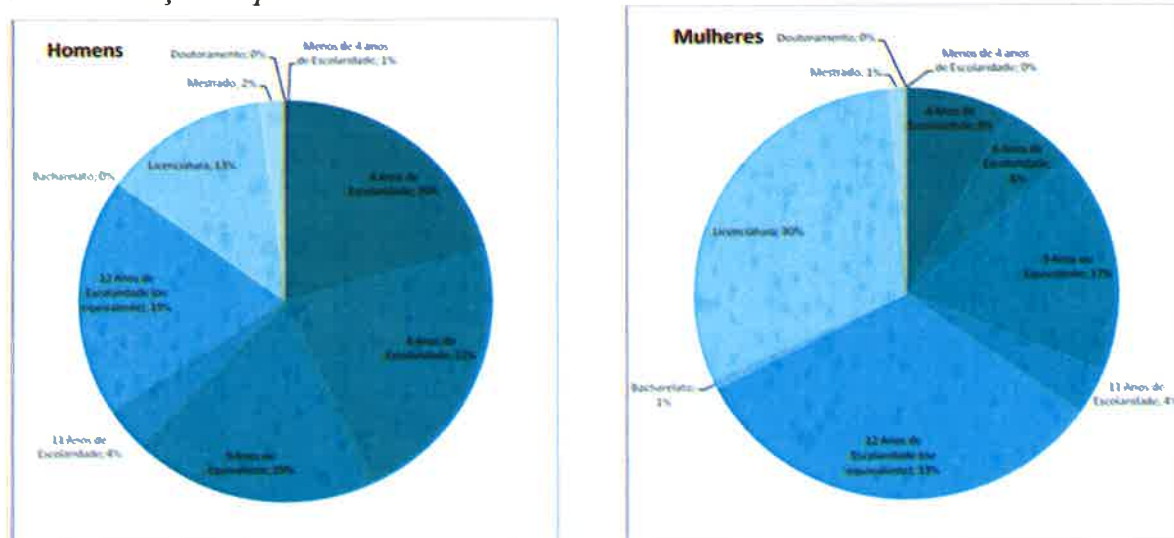
Menos de 20	0	0	0	0	0	0	0
20-24	0	0	0	1	0	0	1
25-29	0	0	0	1	0	0	1
30-34	0	3	8	9	0	1	21
35-39	0	14	12	19	1	0	46
40-44	1	19	13	32	2	1	68
45-49	0	5	6	31	0	0	42
50-54	0	6	20	37	0	0	63
55-59	2	3	8	30	0	0	43
60-64	1	5	3	34	0	0	43
65-69	0	0	1	2	0	0	3
70 ou mais anos	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	55	71	196	3	2	331

1.5.4. Habilitações literárias

No que diz respeito a habilitações literárias, continua-se a constatar que cerca de 53% dos trabalhadores têm habilitações iguais ou inferiores ao 11.º ano, cerca de 25% têm habilitações ao nível do 12.º ano e aproximadamente 20% dos trabalhadores têm habilitações ao nível de curso superior. Os restantes cerca de 2% dos trabalhadores têm cursos ao nível do mestrado.



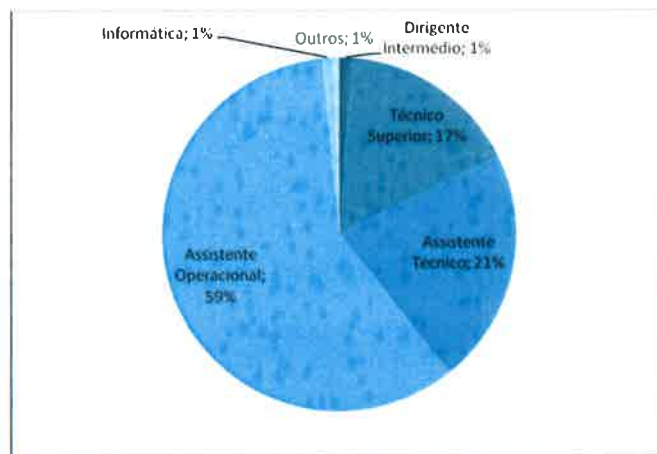
Relativamente ao género, os gráficos seguintes permitem verificar que, em proporção, as mulheres têm habilitações superiores aos homens.



1.5.5. Estrutura profissional

A estrutura profissional do Município de Montemor-o-Novo é constituída predominantemente pelos três grupos das carreiras gerais da função pública: Assistente Operacional, com 59% dos trabalhadores, Assistente Técnico com 21% dos trabalhadores e Técnico Superior, com 17% dos trabalhadores.

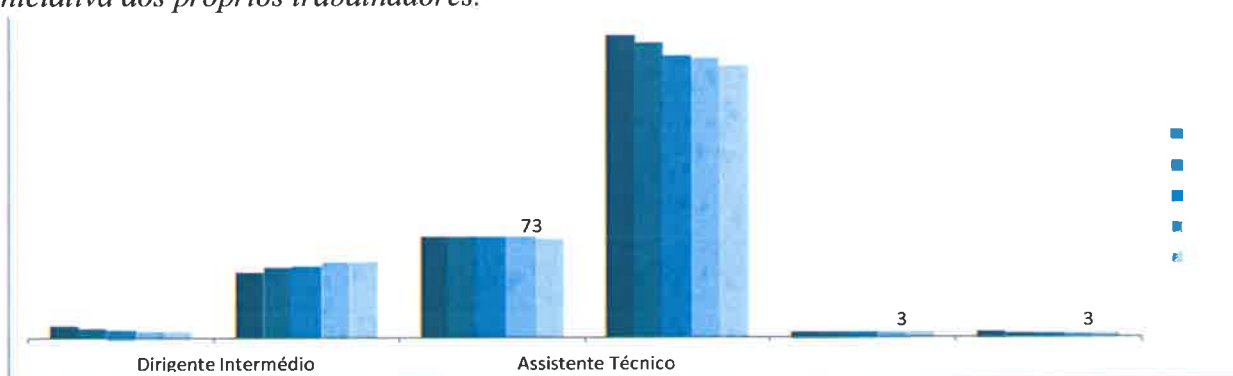
Handwritten signature and initials.



Comparativamente com os anos anteriores, continua a constatar-se um aumento de trabalhadores afetos à carreira de técnico superior em termos percentuais, visto que em termos absolutos o valor se manteve constante relativamente ao ano anterior.

Para tal, contribuiu o decréscimo do número de assistentes técnicos mas principalmente de assistentes operacionais.

Tal como já referido acima, a redução de trabalhadores deveu-se maioritariamente a saídas de iniciativa dos próprios trabalhadores.



1.5.6. Formação

Segundo o relatório de Formação Profissional do ano de 2016, há que realçar os seguintes aspetos essenciais:

- A taxa de participação em formação profissional (número de participações em formação/total de efetivos) cifra-se em 15%;
- A distribuição por género revela que 9% de mulheres e 6% de homens participaram em formação profissional;
- As taxas de participação em formação por grupos profissionais revelam que a maior participação se verificou na carreira técnica superior (46% do total de participantes);
- Quanto às horas de formação, verificaram-se 1072 horas de formação, o que se traduz numa taxa média de 3,2 horas de formação anual por trabalhador/a da autarquia, encontrando-se este valor bastante abaixo das 1.725,5 horas de formação, correspondente a uma taxa média de 5 horas de formação por trabalhador do ano anterior;
- No que respeita às modalidades de formação efetuou-se unicamente formação contínua, externa e em horário laboral.

De acordo com o quadro seguinte, realizaram-se 26 ações, distribuídas por diversas áreas de formação e em que participaram 52 formandos, valores ainda assim superiores ao do ano de 2015 onde houve participação de 43 formandos em 25 ações.

Áreas de formação	Nº Ações	Nº Formandos
Administração autárquica	1	2
Ambiente	1	1
Bibliotecas públicas	1	2

[Handwritten signature]

Direito administrativo	4	9
Gestão de infraestruturas desportivas	3	3
Gestão financeira e contabilidade autárquica	4	13
Gestão de pessoas	4	5
Gestão territorial e urbanismo	3	4
Gestão de serviços públicos e qualidade	1	1
Prevenção rodoviária	3	11
Qualidade da água e gestão de recursos hídricos	1	1
Total	26	52

Como já acima referido, no ano de 2016 foram realizadas 1072 horas de formação, repartidas em 26 ações. Dessas, 22 tiveram duração inferior a 30 horas e apenas 4 tiveram duração igual ou superior a 30 horas, conforme indicado abaixo:

Indicadores	Nº ações	Nº total horas de formação
Menos de 30 horas	22	507
De 30 a 59 horas	2	350
De 60 a 119 horas	1	75
120 ou mais horas	1	140
Total	26	1072

Relativamente aos encargos com a formação profissional, a despesa total da autarquia, durante o ano de 2016, foi de 4.746 euros, apresentando assim uma redução de quase 3.000 euros face aos 7.742 euros despendidos no ano de 2015.

1.6 - Organização contabilística

Aplicação do POCAL – Regime Completo

Software house – Medidata

Não existe descentralização contabilística

Outros elementos da conta

O auditor externo efetuou as diligências consideradas necessárias para a reconciliação entre o Município e os seus fornecedores.

As reconciliações dos movimentos das contas da classe 12 foram conciliadas a 31 de dezembro.

A execução do orçamento apresenta um excedente corrente de 3.047.528,30 euros, conforme se pode verificar no Mapa de Fluxos de Caixa em anexo.

No exercício foram contabilizados 22.998,85 euros de reembolsos e restituições, dando assim cumprimento ao princípio da materialidade.

Foram seguidos os princípios contabilísticos nas operações patrimoniais e orçamentais.

Foram aplicados os princípios inscritos no POCAL relativos à independência, anualidade e unidade, universalidade.

O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

1.7. Acréscimos e Diferimentos

Por forma a traduzir a especialização do exercício no que aos proveitos e custos diz respeito, foram acautelados os registos necessários nas contas da classe 27, como se podem conferir no quadro seguinte:

Quadro de Acréscimos e Diferimentos

	Un: Euro
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	
Impostos municipais	167.014,43
Venda Bens e Serviços / Água Dezembro 2016	111.544,69
Transferências Correntes	13.937,14
Outros Acréscimos de Proveitos	46.952,24
Total	339.448,50
PROVEITOS DIFERIDOS	
Rendas	6.665,98
CUSTOS DIFERIDOS	
Rendas	350,00
Outros custos diferidos	0,00
Total	7.015,98
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	
Remunerações a liquidar	625.387,51
Juros a liquidar	250,71
Tribunal de Contas	102.432,64
Outros acréscimos de custos	132.804,69
Total	860.875,55

O valor de acréscimos de proveitos refere-se aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) posterior (es), como é exemplo os impostos municipais referentes a dezembro de 2016 e transferidos para o Município no início de 2017, faturação de água referente a dezembro de 2016, e outros acréscimos de proveitos (juros de mora e juros compensatórios de impostos de 2016 recebidos em 2017).

O valor dos acréscimos de custos refere-se aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja despesa só venha a ocorrer em exercício (s) posterior (es). São de referir, as remunerações a liquidar e os juros dos empréstimos bancários. Os acréscimos de custos incluem ainda os emolumentos a pagar ao Tribunal de Contas pela apreciação das Contas de Gerência de diversos anos e que detêm um valor acumulado de 132.804,69 euros. O valor referente aos outros acréscimos de custos inclui faturas emitidas pelos fornecedores em 2017 mas respeitantes a fornecimentos de serviços ocorridos em 2016 (gás piscinas, telecomunicações, energia elétrica...).

1.7 - Outras informações relevantes

Nada a assinalar

2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

Não se registou qualquer derrogação verificando-se consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e a demonstração de resultados à situação real do ativo, do passivo e dos resultados do município de Montemor-o-Novo.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os resultados não são comparáveis, pois as alterações patrimoniais relevantes já explicadas, em particular na correção das amortizações, não permitem uma comparabilidade direta entre exercícios

2.3 – Critérios valorimétricos utilizados

As valorizações foram efetuadas ao preço de custo, tendo por suporte as faturas ou documentos equivalentes.

As existências encontram-se valorizadas ao preço médio ponderado.

Não foram valorizados os trabalhos para a própria entidade que eventualmente tenham acrescido vida útil aos bens do imobilizado, pelo que todos os custos da administração direta foram considerados como custos do exercício. Esta não valorização resulta de a contabilidade de custos não estar implementada, o que impossibilita a imputação de mão-de-obra e de máquinas a cada bem intervencionado.

2.4 – Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira

Não se aplica;

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

Por valorimetrias diferentes – não se aplica

Por amortizações do ativo imobilizado, superiores às adequadas – não se aplica

Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo: dando cumprimento às recomendações do Revisor Oficial de Contas constantes no Relatório de 2015 sobre a necessidade de proceder à plena conferência da Tesouraria e das Reconciliações Bancárias, foi constituída a provisão na conta 69.6.2 que afeta em termos extraordinários o resultado do exercício.

2.6 - Comentário às contas

Os valores constantes no balanço dizem integralmente respeito a projetos cuja discriminação se encontra nos mapas anexos às demonstrações financeiras

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Seguidamente poderão ser analisados os quadros de ativo bruto e de amortizações, os quais se encontram anexos ao presente documento.

O resumo é o seguinte:

ATIVO BRUTO							Un: Euro
	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Amortizações	Alienações	Transferências Ativas	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	859.797,72	0,00	0,00	0,00	0,00	859.797,72
41.2	Obrigações e títulos de participação	859.797,72					859.797,72
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	60.715.319,42	0,00	1.701.414,14	0,00	0,00	62.416.732,56
42.1	Terras e recursos naturais	14.620.773,83					14.620.773,83
42.2	Edifícios e outras construções	28.258.714,32		1.297.519,85			29.556.233,37
42.3	Equipamento básico	2.140.301,10		80.026,54			2.220.227,64
42.4	Equipamento transporte	2.766.168,88		294.774,26			2.952.943,06
42.5	Fornecimento e utensílios	193.640,20		3.882,96			197.523,06
42.6	Equipamento administrativo	2.665.015,34		71.175,88			2.736.191,14
42.7	Taxas e vestígios	0,00					0,00
42.9	Outras imobilizações corpóreas	128.604,63		4.857,83			132.662,66
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	476.686,62	0,00	4.661,86	0,00	0,00	481.348,38
43.1	Despesas de instalação	57.170,00					57.170,00
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.618,08					2.618,08
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	376.798,44		4.651,86			381.450,30
43.9	Outras imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	6.813.667,28	0,00	1.070.482,28	0,00	4.889.894,86	2.894.989,71
44.2	Imobilizações em curso de empresas	1.366.386,44		773.886,82		1.262.691,40	1.477.213,92
44.3	Imobilizações em curso de empresas	68.819,88		68.819,88			68.819,88
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	4.967.289,84		326.781,41		3.627.313,46	1.296.736,78
45	BIENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	68.534.042,72	0,00	3.698.334,88	0,00	185.411,42	72.119.786,18
45.1	Terras e recursos naturais	35.884,19					35.884,19
45.3	Outras construções e infra- estruturas	68.433.428,40		3.698.334,88		185.411,42	72.119.352,78
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	86.348,13					86.348,13
	Total	127.209.112,66	0,00	5.474.898,06	0,00	4.995.416,28	128.679.594,47

2.8 - Descrição do ativo imobilizado

Amortizações do exercício e acumuladas

Na transição do Património entre as aplicações da BASEMED (até 2012) e MEDIDATA (a partir de 2013), constatou-se que o valor registado nas amortizações acumuladas se encontrava errado, quer pelo facto de terem sido tomados por euros valores em escudos, quer por efeitos das datas imputadas no campo de início para efeitos de amortização se encontrarem erradas no programa, já que não regularizava as amortizações anuais destes bens em conformidade com as normas.

Da correção a que se procedeu resultou uma regularização das amortizações em crédito das contas 48 - Amortizações Acumuladas por débito da conta 59 – Resultados Transitados, na quantia de 53.461.519,94 euros.

Para além desta intervenção materialmente relevante e que corrigindo as contas as torna não comparáveis entre exercícios, é de realçar que para além de se ter concluído o processo de

[Assinatura]
Fandor

reconciliação entre o património e a contabilidade quanto aos valores quer do ativo bruto quer das amortizações, registou-se igualmente um avanço significativo na transferência de imobilizações em curso para imobilizado firme. De igual modo, embora menos amplo procedeu-se à ligação dos financiamentos aos respetivos bens, melhorando mas não concluindo, o processo de corte na conta 2745 de modo a especializar plenamente os proveitos relacionados com investimento.

Os respetivos mapas do ativo bruto e amortizações encontram-se discriminados por conta patrimonial, bem, valor de aquisição, valor líquido, vida útil e amortizações, no conjunto de mapas anexos às demonstrações financeiras que fazem parte integrante do presente documento.

Amortizações e provisões

Un: Euro

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
2016				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
40 Amortizações				
405 Bens de domínio público	56.706.967,43 €	2.532.755,80 €		59.239.723,23 €
41 Imobilizações incorpóreas	395.482,24 €	28.868,02 €		424.370,26 €
42 Imobilizações corpóreas	10.251.267,94 €	1.129.150,22 €		11.380.418,16 €
49 Provisões				
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €		0,00 €
TOTAL	75.353.717,61 €	3.690.712,04 €	0,00 €	79.044.429,65 €

2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, e que tenham sido capitalizados nesse período.

O mapa de empréstimos do Município evidencia um novo empréstimo de médio e longo prazo, devidamente visado pelo Tribunal de Contas no decorrer do exercício de 2016, para fazer face à "Construção da Oficina da Criança e Programa de Modernização de Instalações Municipais para os Serviços". O montante contratado foi de 1.251.007,70 euros tendo sido parcialmente utilizado no montante capital de 491.994, 63 euros.

Assim, no mapa de empréstimos que é parte integrante o presente relatório, considera-se não só o registo dos empréstimos contraídos em exercícios anteriores e os empréstimos excecionados, bem como deste último já referenciado.

O valor em dívida a 1 de janeiro de 2016 perfazia 1.059.739,91 euros.

Em 2016, do total dos encargos liquidaram-se 233.045,97 euros relativos a amortizações e o valor de juros correspondentes totalizaram 775,92 euros.

A dívida a 31 de dezembro de 2016 perfazia 1.318.688,57 euros.

Para efeitos de imputação ao equilíbrio orçamental corrente da amortização média dos empréstimos releva o valor de 350.010,75 euros.

2.10 – Diplomas legais nos termos em que se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado
Não se procedeu a qualquer reavaliação do imobilizado.

2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações
Não aplicável.

2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

Os valores das imobilizações corpóreas e em curso, encontram-se discriminados nos respetivos mapas que fazem parte da conta e do relatório de gestão.

O município tem um número significativo de terrenos cedidos em direito de superfície que não se encontram valorizados nem registados na conta 414. De igual modo o valor recebido por essas cedências, algumas das quais em períodos anteriores à entrada em vigor do POCAL, foram indevidamente tratadas como proveitos desse exercício não se tendo registado a operação em proveitos a diferir para reconhecer de modo sistemático durante o período de vida do contrato. Trata-se de matéria a corrigir de modo a reflectir a sua materialidade no balanço do próximo exercício. Os lotes reversíveis, embora não valorizados encontram-se integralmente identificados no património do município.

[Assinatura]
Pardos

O município não procede à capitalização de juros durante o período de imobilização em curso dos investimentos.

2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

Durante o exercício de 2016 foi adquirida uma viatura pesada em regime de locação financeira. A nova viatura visa reforçar a frota existente e destina-se à recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no concelho.

Assim o valor em dívida 176.661,27 euros registado em locação financeira subdivide-se: em 42.889,42 euros (Autocarro) e 133.771.85 euros (Viatura pesada RSU).

2.14 - Bens do imobilizado

Para além das peças de arte integradas no património municipal, encontram-se por valorizar alguns bens móveis e máquinas de pequeno valor integradas no inventário inicial, bem como os terrenos cedidos em direito de superfície e os terrenos do domínio público, nomeadamente afetos a ruas e praças e vias.

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

Para além dos elementos atrás descritos, não estão amortizados os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico.

2.16 - Entidades participadas

Entidades Societárias

Não existem

Entidades não Societárias

	NPC	CD Jurídico	CAE	Contribuição anual	Data constituição
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	AM	94110	4.781,35	30-03-1985
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	AMFE	91333		22-07-1988
Associação de Municípios Gestão Pública Água do Alentejo	509093342	AM	38001		25-08-2009
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	AM	84113	71.514,33	03-08-2008

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Não existem.

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não se procedeu a uma análise de existências sem rotação pelo que eventualmente podem existir bens cujo valor real seja inferior ao custo de aquisição. Contudo essa possibilidade, a existir, não é materialmente relevante.

2.20 - Atribuição de valor inferior – Ativo circulante

No ativo circulante – devedores e credores, foi constituída provisão para as situações de cobrança duvidosa. Relativamente às existências ver nota 2.19

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

[Assinatura]

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros

O conjunto de dívidas comerciais em mora foram transferidas para cobrança duvidosa e sobre elas procedeu-se à constituição de provisões nos termos estabelecidos no POCAL. Além destas, foi constituída uma provisão pelo valor integral da dívida proveniente do alcance ocorrido na tesouraria.

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local
Não existem.

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem
Não existem.

2.25 – Dívidas ao Estado em situação de mora
Não existem.

2.26 – Garantias e cauções prestadas
O movimento anual das contas de ordem, nas contas da classe 0, pode ser aferido no mapa anexo ao presente relatório.
No saldo inicial de 2016 estavam inscritos 554.882,86 euros de cauções e garantias de fornecedores de imobilizado e outras aquisições. Aquele valor foi reforçado com 94.987,42 euros de cauções sobre empreitadas e outras aquisições de imobilizado em 2016 e, durante o mesmo período, foram restituídas cauções no valor de 113.638,84 euros.

2.27 – Provisões acumuladas
Ver nota 2.22.

2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.
Os movimentos ocorridos na classe 5 resultaram para além do incremento respeitante ao Resultado Líquido do Exercício de 2015 e do acréscimo resultante de todas as correções ao património descritas no presente relatório.

2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas
O apuramento efetuado em 2016 relativamente ao custo das matérias-primas e subsidiárias é o que se apresenta no mapa seguinte:

Custo das Matérias-Primas Vendidas e Consumidas				Unic. Euro
	Matérias-Primas	Matérias Subsidiárias	Outros	Total
Existências Iniciais	34.394,12	108.321,11	146.214,13	288.929,36
Compras	25.175,23	22.090,44	89.593,96	136.859,65
Regularizações de Existências	0	0	0	0
Existências Finais	37.225,01	95.026,96	151.896,25	284.148,22
CUSTO NO EXERCÍCIO	22.344,34	35.384,59	82.911,88	140.640,81

2.30 - Demonstrações das variações de produção
Não existem;

2.31 – Demonstração dos resultados

[Handwritten signature]

Un: Euro

Código		2016	2015	2014	2013	2012
Custos e perdas						
61	CMVMC	141.640,79	126.852,52	603.467,02	37.789,01	48.933,26
62	Fornecimentos e serviços externos	4.116.264,89	3.945.353,39	4.471.480,97	4.790.413,05	5.373.581,02
641+642	Remunerações	4.872.646,34	5.005.065,85	5.068.719,33	5.075.346,16	5.476.688,66
643 e 648	Encargos sociais	1.367.383,18	1.400.344,89	1.604.537,96	1.436.181,30	1.053.517,59
65	Amortizações	3.690.782,04	843.097,00	1.023.683,08	589.198,44	538.869,91
67	Provisões do exercício	283.945,14	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Transferência / subsídios concedidos	1.669.824,39	1.434.159,53	1.454.931,92	1.419.140,22	1.011.013,23
65	Outros custos / Perdas operacionais	646.958,74	494.969,95	120.265,98	28.773,91	4.748,32
	(A)	16.789.445,51	13.249.843,13	14.347.086,26	13.376.842,09	13.507.352,19
68	Custos / Perdas Financeiros	44.140,93	27.683,39	99.327,17	37.883,28	60.346,71
	(C)	16.833.586,44	13.277.526,52	14.446.413,43	13.414.725,37	13.567.698,90
69	Custos / Perdas Extraordinários	1.069.956,35	1.286.271,22	938.023,27	818.925,44	498.922,14
	(E)	17.903.542,79	14.563.797,74	15.384.436,70	14.233.650,81	14.066.621,04
88	Resultados líquidos do exercício	-1.029.492,66	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90	1.869.507,17
	Total	16.874.050,13	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71	15.936.128,21
Proveitos e ganhos						
71	Vendas / Prestações de serviços	2.069.160,54	2.003.524,64	1.409.797,13	1.748.529,12	1.808.862,24
72	Impostos e taxas	2.515.748,15	2.265.033,32	2.487.426,49	2.394.942,56	2.435.030,36
75	Trabalhos / Própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	15.581,07	11.777,96	9.502,21	15.547,59	0,00
74	Transferências / Subsídios obtidos	10.777.773,47	10.769.967,09	10.266.651,13	10.503.653,89	10.240.300,35
76	Outros proveitos / Ganhos operacionais	8.737,32	9.544,83	3.092,07	11.013,60	488.501,65
	(B)	15.387.890,55	15.059.847,84	14.176.469,63	14.673.126,96	14.972.694,62
78	Proveitos / Ganhos Financeiros	1.137.938,38	1.065.769,65	1.172.625,79	1.088.519,33	783.716,73
	(D)	16.524.938,93	16.125.617,49	15.349.094,82	15.761.646,29	15.756.411,35
79	Proveitos / Ganhos extraordinários	349.111,20	251.125,29	259.248,30	197.580,42	179.716,86
	(F)	16.874.050,13	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71	15.936.128,21
	Total	16.874.050,13	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71	15.936.128,21
RESUMO						
	Resultados operacionais =(B)-(A)	-1.402.444,96	1.810.004,71	-170.617,23	1.296.284,87	1.465.342,43
	Resultados financeiros =(D-B)+(C-A)	1.093.797,45	1.038.106,46	1.073.298,62	1.050.636,05	723.378,02
	Resultados correntes =(D)-(C)	-308.647,51	2.848.111,17	902.681,38	2.346.920,92	2.188.712,45
	Resultado líquido do exercício =(F)-(E)	-1.029.492,66	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90	1.869.507,17

A demonstração de resultados é demonstrativa dos valores de 2012 a 2016.

Nos diversos pontos do relatório estão discriminados as situações relativas às rubricas CMVMC e amortizações.

Os proveitos e ganhos evidenciam-se pela sua contínua ascendência.

O resultado líquido de exercício foi de -1.029.492,66 euros, sendo que no ponto 5 está desenvolvido a sua justificação.

2.32 - Demonstração de resultados financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros

Un: Euro

Código		Exercício		Código		Exercício	
Contas	Custos e perdas	2016	2015	Contas	Proveitos e ganhos	2016	2015
681	Juros suportados	31.377,88	16.130,12	781	Juros obtidos	33,68	258,58
682	Perdas em entidades participadas	0	0	782	Ganhos em entidades participadas	0	0
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783	Recebimentos de imóveis	1.137.854,90	1.085.531,27
684	Provisões para aplicações financeiras	0	0	784	Rendimentos de participações de capital	0	0
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	0	785	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
687	Perdas na alienação de aplicac. tesouraria	0	0	787	Ganhos na alienação de aplicac. tesouraria	0	0
688	Outros custos e perdas financeiros	12.763,05	11.553,21	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
	RESULTADOS FINANCEIROS	1.093.797,45	1.038.106,46				
	Total	1.137.938,38	1.065.769,65		Total	1.137.938,38	1.065.769,65

Comparando os resultados financeiros com o ano de 2015, verificou-se um ligeiro acréscimo para o montante de 1.093.797,45 euros em 2016.

2.33 - Demonstração de resultados extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários

Un: Euro

Código Contas	Custos e perdas	Exercício		Código Contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	698.621,23	1.011.267,92	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	228,43	90.925,18	793	Ganhos em existências	0	0
694	Perdas em imobilizações	0	0	794	Ganhos em imobilizações	62.064,15	106.224,57
695	Multas e penalidades	1.042,50	5.930,68	795	Benefícios em penalidades contratuais	14.554,85	24.737,65
696	Aumentos de amortizações e provisões	239.860,00	0	796	Reduções de amortizações e provisões	0	0
697	Correções relativas a exercícios anteriores		408,67	797	Correções relativas a exercícios anteriores	38.653,57	17.406,89
698	Outros custos e perdas extraordinárias	130.004,14	175.714,57	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	213.518,63	102.753,18
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-720.845,15	-1.035.145,93				
Total		349.111,20	251.125,29	Total		349.111,20	251.125,29

Comparando os resultados extraordinários com o ano de 2015, verificou-se um decréscimo para o montante de -720.845,15 euros em 2016.

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

3.1. Evolução do orçamento

Os montantes orçados e executados entre 2012 e 2016 estão demonstrados no quadro seguinte:

Evolução Orçamental

Un: Euro

Ano	Receita				Despesa			
	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec
2012	25.999.271,00	26.510.186,46	18.115.239,33	68,33	25.999.271,00	26.510.186,46	17.233.813,77	65,01
2013	24.730.420,00	26.322.761,02	18.264.142,29	69,39	24.730.420,00	26.322.761,02	17.899.342,80	68,00
2014	20.377.463,00	20.777.549,20	17.032.012,69	81,97	20.377.463,00	20.777.549,20	16.715.338,47	80,45
2015	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,62	20.344.988,10	19.930.000,00	16.951.581,07	85,06
2016	19.101.202,67	19.522.803,44	18.284.970,93	93,66	19.101.202,67	19.522.803,44	15.909.666,51	81,49

No decorrer dos anos tem-se constatado um declínio de receita orçamentada (entre 2012 e 2016 em cerca de -6.898.068,33 euros) o que promove o aumento da taxa de execução.

De verificar que a linha de crescimento da arrecadação da receita tem sido contínua, e que 2016 reforçou a sua percentagem de execução relativamente aos anteriores (>93%).

Na despesa, apesar de se manter uma situação de diminuição dos valores orçamentados, o nível de execução tem vindo a contrariar essa tendência. No entanto 2016 ficou, ainda que ligeiramente, abaixo da execução do ano anterior.

Para fazer face a inscrição em orçamento de verbas não previstas ou pela insuficiência de verbas em algumas rubricas económicas do orçamento municipal, utilizou-se a "ferramenta" das modificações orçamentais (no formato de alteração ou revisão), que permitiu ao longo do ano ajustar os valores despendidos sem nunca quebrar o princípio do equilíbrio orçamental.

3.2. Análise geral

	Receita				Despesa			
	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Corrente	16.212.960,67	16.213.460,67	15.964.943,80	98,50	12.563.040,00	13.930.321,77	12.940.414,35	92,89
Capital	2.830.242,00	2.830.242,00	1.886.913,40	66,70	6.538.162,67	5.592.481,67	2.969.252,16	53,09
Outras	58.000,00	479.100,77	433.113,73	90,40				
Total	19.101.202,67	19.522.803,44	18.284.970,93	93,70	19.101.202,67	19.522.803,44	15.909.666,51	81,49

O valor aprovado do Orçamento Municipal para 2016 foi de 19 milhões 101 mil e 202 euros.

Handwritten signature

Ao longo do ano o referido orçamento foi sujeito a 29 alterações orçamentais e 1 revisão para integração do saldo da gerência de 2015 no montante de 421.100,77 euros, após o que incrementou o valor final do orçamento para 19 milhões 522 mil e 803 euros.

Durante o ano 2016 foram cobrados 18.284.970,93 euros na receita em contrapartida de 15.909.666,51 euros de execução na despesa. O diferencial da execução ficou em 2.375.304,42 euros.

A receita finalizou o ano com uma taxa de execução de 93,70% e na despesa a taxa ficou em 81,49%.

3.3. Receita

Em 2016 a execução do orçamento da receita apresentou um grau de execução da receita de 93,7%.

Orçamento da Receita

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Receitas Correntes	16.212.960,67	16.213.460,67	15.964.943,80	98,50
Impostos diretos	2.401.100,00	2.401.100,00	2.389.808,08	99,50
Impostos indiretos	43.850,00	43.850,00	37.466,54	85,40
Taxas, multas e outras penalidades	112.450,00	112.450,00	123.820,87	110,10
Rendimentos de propriedade	1.295.247,67	1.295.247,67	1.384.702,42	106,90
Transferências correntes	9.935.513,00	9.935.513,00	9.840.022,64	99,00
Vendas de bens e serviços correntes	2.296.500,00	2.297.000,00	2.035.385,92	88,60
Outras receitas correntes	128.300,00	128.300,00	153.737,33	119,80
Receitas de Capital	2.830.242,00	2.830.242,00	1.886.913,40	66,70
Venda de bens de investimento	47.020,00	47.020,00	4.292,95	9,10
Transferências de capital	1.842.867,00	1.842.867,00	1.381.641,50	75,00
Ativos financeiros	2.000,00	2.000,00	1.954,56	97,70
Passivos financeiros	938.255,00	938.255,00	491.994,63	52,40
Outras receitas de capital	100,00	100,00	7.029,76	7.029,80
Outras receitas	58.000,00	479.100,77	433.113,73	90,40
Total	19.101.202,67	19.522.803,44	18.284.970,93	93,70

Pode-se verificar que na sua globalidade a receita obteve uma execução visivelmente aproximada do valor inicial da previsão.

A venda de bens de investimento foi a rubrica que ficou aquém dos valores iniciais. Na globalidade das outras rubricas económicas a execução foi superior aos 50%, algumas comprovadamente em larga escala, o que revela uma maior exatidão nos valores previsionais.

Estrutura da Receita

No quadro seguinte representa-se a evolução 2012-2016 da receita:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2012-2016	
						V. absoluta	%
Receitas Correntes	12.440.830,21	13.575.463,67	14.911.930,71	15.073.871,29	15.964.943,80	3.524.113,59	19,27
Impostos diretos	2.340.687,11	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20	2.389.808,08	49.120,97	0,27
Impostos indiretos	62.141,32	36.974,60	35.301,56	36.328,27	37.466,54	-24.674,78	-0,13
Taxas, multas e outras penalidades	82.832,95	82.386,92	115.697,71	102.040,56	123.820,87	40.987,92	0,22
Rendimentos de propriedade	783.716,73	828.661,11	1.332.890,76	896.683,80	1.384.702,42	600.985,69	3,29
Transferências correntes	6.788.725,51	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61	9.840.022,64	3.051.297,13	16,69

[Assinaturas manuscritas]

Venda de bens e serviços correntes	1.838.463,76	1.536.278,80	1.460.907,78	1.944.080,91	2.035.385,92	196.922,16	1,08
Outras receitas correntes	544.262,83	157.708,87	160.826,50	126.285,94	153.737,33	-390.525,50	-2,14
Receitas de Capital	5.673.534,33	3.293.639,47	1.625.364,28	1.874.602,97	1.886.913,40	-3.786.620,93	-20,71
Venda de bens de investimento	6.074,29	49.429,89	31.368,79	53.624,53	4.292,95	-1.781,34	-0,01
Transferências de capital	5.649.800,66	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	1.381.641,50	-4.268.159,16	-23,34
Ativos financeiros	1.792,38	9.915,11	1.500,00	839,40	1.954,56	162,18	0,00
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	491.994,63	491.994,63	2,69
Outras receitas de capital	15.867,00	44.245,01	0,00	37.624,45	7.029,76	-8.837,24	-0,05
Reposições	874,79	2.698,13	94.631,50	17.369,89	12.012,96	11.138,17	0,06
Saldo da gerência anterior	1.097.311,34	1.392.341,02	400.086,20	337.266,21	421.100,77	-676.210,57	-3,70
Total	19.212.550,67	18.264.142,29	17.032.012,69	17.303.110,36	18.284.970,93	-927.579,74	

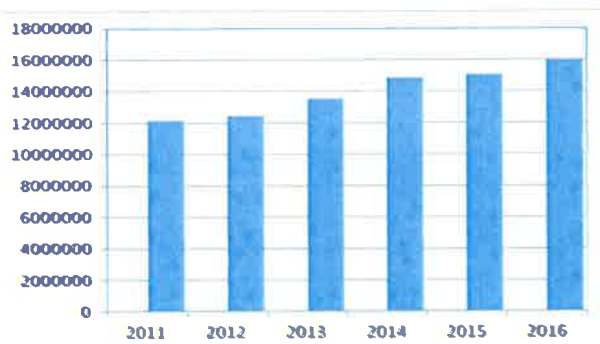
Relativamente a 2015 importa realçar o acréscimo registado em Rendimentos de Propriedade por força da receita relativa a direitos de superfície de lotes da ZIA e da AGDA.

Também se pode averiguar que nos Passivos Financeiros se encontra o valor do empréstimo MLP contratado e do qual se arrecadou uma pequena parcela. Nas outras rubricas surgiram alterações de pouco significado numérico.

3.4. Receitas correntes

A receita corrente tem vindo numa linha crescente desde 2012.

Comparativamente, 2016 sobressaiu em cerca de 891 mil euros na receita corrente relativamente a 2015, e nesta análise pode-se verificar que o aumento em relação a 2012 foi mais de 3.524 mil euros.



Estrutura da Receita Corrente

A grande diferença positiva registada na execução da receita entre 2015 e 2016 revelou-se principalmente na rubrica de Rendimentos de Propriedade, onde foram registados os valores transferidos pela AGDA respeitantes à Integração das Infraestruturas de Água e Saneamento no SPPIAA (2013-2016), e também pelo direito de superfície em lotes da Zona Industrial da Adua.

De realçar o incremento no valor dos Impostos Diretos, mais concretamente nos valores correspondentes à Derrama e ao IMT – Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis. Também as Vendas de Bens e Serviços sofreram um aumento considerável nos valores executados em 2016.

Designação	2015	2016	Variação 2016-2015		Previsões Corrigidas	Desvio Execução
			V. Absoluta	%		
Impostos diretos	2.174.882,20	2.389.808,08	214.925,88	9,88	2.401.100,00	-11.291,92
Impostos indiretos	36.328,27	37.466,54	1.138,27	3,13	43.850,00	-6.383,46
Taxas, multas e outras penalidades	102.040,56	123.820,87	21.780,31	21,34	112.450,00	11.370,87
Rendimentos de propriedade	896.683,80	1.384.702,42	488.018,62	54,42	1.295.247,67	89.454,75
Transferências correntes	9.793.569,61	9.840.022,64	46.453,03	0,47	9.935.513,00	-95.490,36
Venda de bens e serviços correntes	1.944.080,91	2.035.385,92	91.305,01	4,70	2.297.000,00	-261.614,08

Tendo em conta o encerramento do anterior Quadro Comunitário, em que apenas foram efetuadas algumas regularizações da fase final de projetos co-financiados, verificou-se um decréscimo do valor recebido em 2016.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Capital)	3.443.105,00	1.878.057,00	910.111,00	950.187,00	963.292,00
Outras	0	2.453,16	15.187,27	28.640,41	0
Participação Comunitária / Projetos Co - Financiados (Capital)	2.206.695,66	1.309.539,30	667.197,22	803.687,18	418.349,50
Total	5.649.800,66	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	1.381.641,50

3.6. Despesa

Em 2016 a execução do orçamento da despesa apresentou um grau de execução de 81,49%, correspondente a um total de 15.909.666,51 euros de pagamentos no universo de 17.901.190,00 euros dos compromissos do exercício.

Orçamento da Despesa

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Despesas Correntes	12.563.040,00	13.930.321,77	12.940.414,35	92,89
Despesas com o pessoal	6.678.180,00	6.226.069,53	6.216.251,50	99,84
Aquisição de bens e serviços	3.968.340,00	4.825.890,62	4.174.869,31	86,51
Juros e outros encargos	75.920,00	47.070,00	12.501,89	26,56
Transferências correntes	1.250.200,00	1.876.996,62	1.672.922,23	89,13
Outras despesas correntes	590.400,00	954.295,00	863.869,42	90,52
Despesas de Capital	6.538.162,67	5.592.481,67	2.969.252,16	53,09
Aquisição de bens de capital	5.041.234,67	4.031.950,67	1.479.315,49	36,69
Transferências de capital	1.125.500,00	912.367,00	851.629,80	93,34
Ativos financeiros	138.328,00	128.328,00	122.828,00	95,71
Passivos financeiros	233.000,00	237.281,00	233.045,97	98,22
Outras despesas de capital	100,00	282.555,00	282.432,90	99,96
Total	19.101.202,67	19.522.803,44	15.909.666,51	81,49

As despesas correntes de 2016 totalizaram 12.940.414,35 euros que corresponderam a uma taxa de execução de 92,89%, e as despesas de capital corresponderam 53,09% no valor de 2.969.252,16 euros.

Estrutura da Despesa

No quadro seguinte representa-se a evolução 2012-2016 da despesa:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2012-2016	
						V. absoluta	%
Despesas Correntes	12.368.080,14	12.185.311,54	13.087.759,73	12.853.179,25	12.940.414,35	572.334,21	3,60
Despesas com o pessoal	6.493.353,80	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	6.216.251,50	-277.102,30	-1,74
Aquisição bens e	4.519.976,08	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	4.174.869,31	-345.106,77	-2,17
Juros e outros encargos	57.566,45	76.691,44	113.724,39	37.610,89	12.501,89	-45.064,56	-0,28
Transferências correntes	1.017.567,40	1.299.172,87	1.364.884,14	1.375.934,61	1.672.922,23	655.354,83	4,12
Outras despesas	279.616,41	308.052,95	199.404,08	627.699,97	863.869,42	584.253,01	3,67
Despesas de Capital	4.865.733,63	5.714.031,26	3.627.578,74	4.098.402,62	2.969.252,16	-1896.481,47	-11,92
Aquisição bens de capital	3.992.307,15	4.556.706,39	2.312.537,70	1.937.472,71	1.479.315,49	-2.512.991,66	-15,80
Transferências de capital	485.544,56	754.901,76	905.113,74	1.718.653,35	851.629,80	366.085,24	2,30
Ativos financeiros	0,00	0,00	5.272,62	122.828,00	122.828,00	122.828,00	0,77

Handwritten signature: Randoso

Passivos financeiros	387.881,92	402.423,11	404.654,68	319.448,56	233.045,97	-154.835,95	-0,97
Outras despesas capital	0,00	0,00	0,00	0,00	282.432,90	282.432,90	1,78
Total	17.233.813,77	17.899.342,80	16.715.338,47	16.951.581,87	15.909.666,51	788.142,01	

Na avaliação do decurso da despesa podemos identificar que na globalidade ocorreu um pequeno aumento entre 2015 e 2016, destacando-se principalmente as transferências correntes e as outras despesas. Já na parte de capital a tendência foi a redução na despesa de investimento em contrapartida das outras despesas de capital que sofreram uma subida pela restituição dos valores do financiamento do projeto de “Construção da Oficina da Criança”.

Comparativamente ao ano transato, os compromissos por pagar de 2016 aumentaram para 1.991.523,49 euros, representativos de +1,57%.

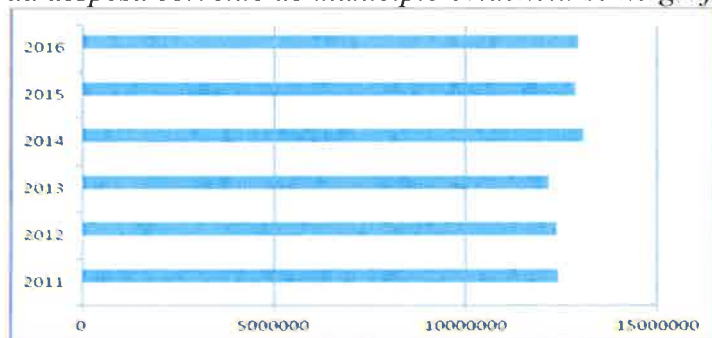
Contrariando este incremento, os compromissos assumidos no orçamento do ano, quando confrontados com 2015, decresceram.

Ano	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Compromissos por Pagar	Contas a pagar
2012	20.915.658,78	17.233.813,77	3.681.845,01	3.508.366,66
2013	20.426.634,75	17.899.342,80	2.527.291,95	1.595.036,78
2014	18.894.145,97	16.715.338,47	2.178.807,50	1.768.980,24
2015	18.217.407,33	16.951.581,87	1.265.825,46	556.107,76
2016	17.901.190,00	15.909.666,51	1.991.523,49	570.318,34

3.7. Despesas correntes

A despesa corrente realizada em 2016 no montante de 12.940.414,35 euros apresentou um aumento irrelevante de aproximadamente 87 mil euros (1,8%) em relação a 2015.

A evolução da despesa corrente do município evidencia-se no gráfico seguinte.



Estrutura da Despesa Corrente

As rubricas da despesa corrente de maior relevo resultaram num decréscimo de valores (despesas com o pessoal e aquisição de serviços). Contrariamente, as Transferências tiveram um aumento significativo aproximadamente de quase 300.000 euros, tal como nas Outras Despesas Correntes ao registar um acréscimo de mais de 236.000 euros.

Designação	2015		2016		Variação 2015-2016	
	Execução	%	Execução	%	Valor	%
Despesas com o pessoal	6.467.177,57	50,32	6.216.251,50	48,04	-250.926,07	-1,94
Aquisição de bens e serviços	4.344.756,21	33,80	4.174.869,31	32,26	-169.886,90	-1,31
Aquisição de bens	1.193.679,31	9,29	1.123.363,82	8,68	-70.315,49	-0,54
Aquisição de serviços	3.151.076,90	24,52	3.051.505,49	23,58	-99.571,41	-0,77
Juros e outros encargos	37.610,89	0,29	12.501,89	0,09	-25.109,00	-0,19
Transferências	1.375.934,61	10,71	1.672.922,23	12,93	296.987,62	2,30
Administração local	402.700,45	3,13	460.650,96	27,54	57.950,51	0,45
Outras entidades	973.234,16	7,57	1.212.271,27	72,46	239.037,11	1,85

Handwritten signature: Randoso

Outras despesas correntes	627.699,97	4,88	863.869,42	6,68	236.169,45	1,83
Total	12.868.178,25	100,00	12.940.414,36	100,00	214.335,82	1,66

As despesas com o pessoal e com as aquisições de bens e serviços que, no seu conjunto perfazem 80,3% do total das despesas correntes do presente orçamento são desenvolvidas nos quadros seguintes.

Designação	2012	2013	2014	2015	Un: Euro 2016
Remunerações certas e permanentes	4.974.000,72	4.749.858,61	4.737.938,68	4.679.209,48	4.565.776,91
Abonos variáveis ou eventuais	313.624,53	344.862,62	277.400,98	287.057,71	280.627,39
Segurança social	1.205.728,55	1.339.490,51	1.597.294,47	1.500.910,38	1.369.847,20
Total	6.493.353,80	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	6.216.251,50

Em 2016 confirma-se o decréscimo na despesa com “Remunerações Certas e Permanentes” e os “Abonos Variáveis ou Eventuais”.

Na “Segurança Social”, desde 2014 que se tem vindo a verificar uma redução no valor da despesa paga. No entanto já no relatório do ano anterior se tinha identificado que o acréscimo de despesa de 2013 é justificado pela regularização de compromissos antigos com a ADSE.

Designação	2012	2013	2014	2015	Un: Euro 2016
Aquisição de bens	1.137.753,43	947.507,61	922.345,82	1.193.679,31	1.123.363,82
Aquisição de serviços	3.382.222,65	3.119.674,93	3.874.767,17	3.151.076,90	3.051.505,49
Total	4.519.976,08	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	4.174.869,31

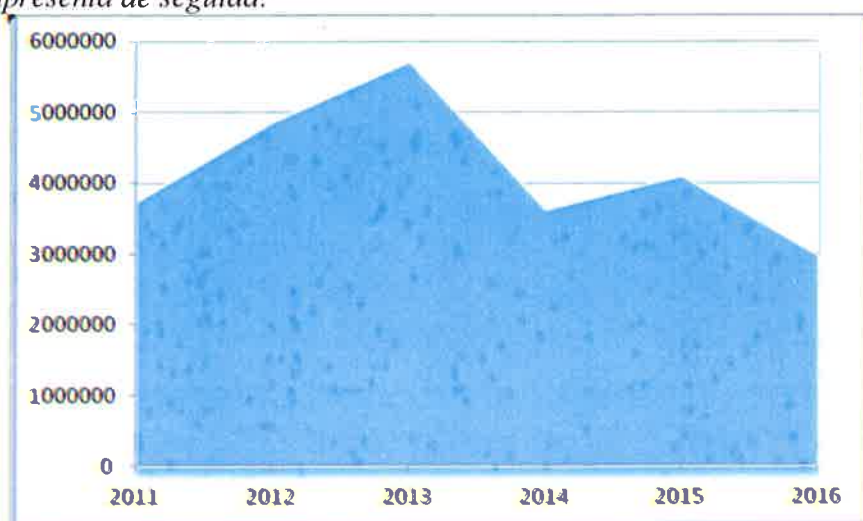
O total da despesa registada em 2016 foi inferior relativamente aos anos de 2014 e 2015, sendo esse decréscimo mais notório na “Aquisição de Serviços”.

3.8. Despesas de capital

As despesas de capital ascenderam a 2.969.252,16 euros representando um decréscimo acentuado em -38,03% relativamente a 2015.

Evolução das Despesas Capital

Ao longo dos anos tem-se verificado uma oscilação nas despesas de capital, sendo que de 2015 para 2016 a redução foi no montante de -1.129.150,46 euros, dados que se podem visualizar no gráfico que se apresenta de seguida:



Estrutura da Despesa de Capital

[Assinatura]

Do total das despesas de capital (2.969.252,16 euros) aproximadamente 50% corresponderam a aquisições de bens de capital, e ainda 29,68% foram canalizados para a rubrica transferências de capital sendo os restantes cerca de 20% repartidos entre os ativos e os passivos financeiros e as outras despesas de capital.

Designação	2014		2015		2016		Variação 2015-2016	
	Execução	%	Execução	%	Execução	%	Valor	%
Investimentos	2.312.537,70	63,75	1.937.472,71	47,27	1.415.935,98	47,69	-521.536,73	-17,56
Terrenos	13.322,61	0,37	35.066,19	0,86	0		-35.066,19	-1,18
Habitações, edifícios e outras construções	1.664.834,06	45,89	1.518.444,49	37,05	1.110.856,29	37,41	-407.588,20	-13,73
Material de transporte	102.294,37	2,82	17.198,54	0,42	71.579,44	2,41	54.380,90	1,83
Maquinaria e equipamento	319.561,10	8,81	94.041,23	2,29	152.469,59	5,14	58.428,36	1,97
Outros	212.525,56	5,86	272.722,26	6,65	81.030,66	2,73	-191.691,60	-6,46
Transferências	905.113,74	24,95	1.718.653,35	41,93	851.629,80	28,68	-867.023,55	-29,20
Administração local	195.267,07	5,38	284.743,45	6,95	315.123,25	10,61	30.379,80	1,02
Outras entidades	709.846,67	19,57	1.433.909,90	34,99	536.506,55	18,07	-897.403,35	-30,22
Locação Financeira					63.379,51	2,14	63.379,51	2,13
Ativos financeiros	5.272,62	0,15	122.828,00	3	122.828,00	4,14	0,00	0,00
Passivos financeiros	404.654,68	11,15	319.448,56	7,79	233.045,97	7,84	-86.402,59	-2,91
Outras despesas de capital	0	0	0	0	282.432,90	9,51	282.432,90	9,51
Total	3.627.578,74	100	4.098.402,62	100	2.969.252,16	100	-1.129.150,46	-0,38

De salientar o decréscimo de 1.129.150,46 euros nas despesas de capital de 2015 para 2016, tendo sido o principal diferencial registado nas rubricas de transferências de capital para outras entidades (-897.403,35 euros), e em outros investimentos (-191.691,60 euros). No entanto estas diferenças negativas foram contrabalançadas pelo acréscimo em outras despesas de capital (282.432,90 euros).

3.9. Plano Plurianual de Investimentos

A execução do PPI de 2016 apresenta uma execução superior a 50%, onde devem ser realçadas as Funções Económicas (52,49%) das quais se destacam as relacionadas com a “Indústria e Energia”. As Funções Sociais distinguem-se pela sua elevada taxa de execução a “Segurança e Ação Sociais” Também as Outras Funções representaram uma realização em quase 90%.

Funções	Designação	Dotação Final	Execução	% Exec.
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.051.941,20	447.988,57	42,59
1.1.	Serviços gerais da administração pública	982.441,20	380.450,53	38,73
1.2.	Segurança e ordem pública	69.500,00	67.538,04	97,18
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	3.239.750,33	1.600.794,87	49,41
2.1.	Educação	194.180,93	41.788,34	21,52
2.3.	Segurança e ação sociais	246.720,00	245.714,22	99,59
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1.213.200,13	391.235,48	32,25
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.585.649,27	922.056,83	58,15
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	709.309,14	372.299,50	52,49
3.2.	Indústria e energia	24.961,39	23.887,67	95,70
3.3.	Transportes e comunicações	653.252,75	345.911,83	52,95
3.4.	Comércio e turismo	3.200,00	0,00	0,00

[Assinatura]

3.5.	Outras funções económicas	27.895,00	2500	8,96
4.	OUTRAS FUNÇÕES	354.100,00	315.123,25	88,99
	Total	5.355.100,67	2.736.206,19	51,10

O peso das funções no total da execução do PPI foi como se apresenta:

Funções	Designação	Execução	%
1.	FUNÇÕES GERAIS	447.988,57	16,37
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	1.600.794,87	58,50
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	372.299,50	13,61
4.	OUTRAS FUNÇÕES	315.123,25	11,52
	Total	2.736.206,19	100

3.10 – Contratação Administrativa

O mapa demonstrativo da contratação faz parte integrante do presente documento.

3.11 – Transferências e subsídios

O mapa que sintetiza a informação relativa a este ponto faz parte integrante do presente documento.

3.12 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

Não existem

3.13 – Endividamento líquido

O mapa de empréstimos a médio e longo prazo faz parte integrante dos documentos da conta.

No quadro seguinte apresenta-se o quadro com o cálculo do limite da dívida orçamental para 2017 ao abrigo das novas regras estabelecidas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais)

	<i>Limite de dívida orçamental</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
Receita corrente líquida	12.440.830,00	13.575.463,67	14.911.930,71	15.073.871,29	15.964.943,80
Média receita corrente líquida		12.725.679,75	13.642.741,46	14.520.421,89	15.316.915,27
Limite da dívida total		19.088.519,63	20.464.112,19	21.780.632,84	22.975.372,90
Dívida total					
21					
22		1.484.184,45	1.813.413,22	442.161,21	389.062,91
23		1.783.843,15	1.379.188,47	1.059.739,91	1.318.688,57
24		332.593,04	281.574,00	185.363,52	178.519,82
26		699.073,67	274.739,80	2.085.733,20	2.064.424,15
SOMA		4.299.694,31	3.748.915,49	3.772.997,84	3.950.695,45
Operações de tesouraria		529.310,36	453.728,59	401.866,14	383.014,93
FAM (não revela)				736.969,72	614.141,72
Dívida orçamental		3.770.383,95	3.295.186,90	2.634.161,98	2.953.538,80
Margem do Município		15.318.135,68	17.168.925,29	19.146.470,86	20.021.834,10

Contribuição de associações de municípios				
ANMP	438,00	0,00	324,98	375,13
CIMAC	7.688,06	21.680,56	406,14	102.387,20
AMGAP	0,00	0,00	0,00	0,00
AMAMB	1.303,96	0,00	0,00	0,00
SOMA	9.430,02	21.680,56	731,12	102.762,33
Margem final	15.308.705,66	17.147.244,73	19.145.739,74	19.919.071,77
Capacidade de endividamento	3.061.741,13	3.429.448,95	3.829.147,95	3.983.814,35

NOTAS:

*Limite da dívida total = 1,5 * média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos*

Dívida orçamental = Dívida total - Operações de tesouraria

Margem do município = Limite da dívida total - Dívida orçamental

Capacidade de endividamento = 20% da margem final

O quadro acima apresenta o cálculo da capacidade de endividamento do Município no início de 2016, situando-se esta em 3.829.147,95 euros, valor que correspondia a 20% da capacidade absoluta de endividamento do município (19.145.739,74 euros). No final de 2016 a dívida do município situa-se nos 2.953.538,80 euros, passando a dispor em 2017 de uma margem utilizável de 3.983.814,35 euros já que o montante da dívida corresponde apenas a 10% do limite.

3.14 – Pagamentos em atraso

A partir de 2012, por imposição legal, foram aplicadas novas regras relativas à assunção de compromissos e pagamentos em atraso para as entidades públicas.

Neste âmbito, foi publicada a Lei n.º 8/2012 em de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso – LCPA).

Com a definição destas regras o Município de Montemor-o-Novo ajustou os seus prazos de pagamento aos seus fornecedores e assentou numa gestão de fundos disponíveis / compromissos que lhe permite a contínua situação de inexistência de pagamentos em atraso (desde 31/dezembro/2014). Data a partir da qual mantém essa posição, tal comprovado no quadro seguinte e no mapa dos pagamentos em atraso anexo ao presente relatório.

Pagamentos em Atraso em 2012		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.802,02	2.802,02	0	0	206,04	68,68	274,72
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	556.627,95	556.627,95	7.641,75	185.111,11	30.180,06	77.603,28	300.536,20
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	1.444,92	1.444,92				220,22	220,22
CE04	Transferências correntes	23.042,31	23.042,31	0	2.134,00	1.985,18	0	4.119,18
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	8.355,03	8.355,03	137,76	0,68	106,16	3.518,73	3.763,33
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	2.903.108,74	2.903.108,74	126.265,10	285.502,88	40.174,14	368.756,63	820.698,75
CE08	Transferências de capital	13.015,69	12.985,69	0	524,62	655	0	1.179,62
Total		3.508.396,66	3.508.366,66	134.044,61	473.273,29	73.306,58	450.167,54	1.130.792,02
Pagamentos em Atraso em 2013		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	7.724,19	7.724,19	0	0	0	6.174,19	6.174,19
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	803.497,71	803.497,71	11.992,51	653,13	35,61		12.681,25
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	23,32	23,32					0
CE04	Transferências Correntes	32.550,34	32.550,34	1.800,00	2.720,40	1.584,69	0	6.105,09

[Assinatura]

CE06	CE06 - Outras despesas correntes	4.242,46	4.242,46					0
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.402.873,42	722.578,13	31.306,37	15.682,50	3.810,77	129.793,63	180.593,27
CE08	Transferências de capital	24.420,63	24.420,63	0	905,29	0	0	905,29
Total		2.275.332,07	1.595.036,78	45.098,88	19.961,32	5.431,07	135.967,82	206.459,09
Pagamentos em Atraso em 2014		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	83.955,90	3.657,07					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	638.305,25	638.305,25					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	64.661,87	64.661,87					
CE04	Transferências Correntes	38.630,40	38.630,40					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	84.624,58	84.624,58					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.159.585,51	539.407,70					
CE08	Transferências de capital	399.693,37	399.693,37					
Total		2.469.456,88	1.768.980,24	0	0	0	0	0
Pagamentos em Atraso em 2015		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	3.824,74	3.824,74					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	352.673,52	352.673,52					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	35.743,79	35.743,79					
CE04	Transferências Correntes	5.917,30	5.917,30					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	41.392,42	41.392,42					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	708.536,34	88.358,53					
CE08	Transferências de capital	28.197,46	28.197,46					
Total		1.176.285,57	556.107,76	0	0	0	0	0
Pagamentos em Atraso em 2016		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.388,95	2.388,95					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	214.938,76	214.938,76					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	37.174,05	37.174,05					
CE04	Transferências Correntes	13.575,04	13.575,04					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	105.844,95	105.844,95					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	714.650,04	183.403,60					
CE08	Transferências de capital	12.992,99	12.992,99					
Total		1.101.564,78	570.318,34	0	0	0	0	0

4 – Evolução da situação Financeira e Económica

4.1 – Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

No que diz respeito ao Balanço há que considerar a evolução registada ao nível do ativo líquido que tem a ver com a inclusão de parte significativa do património nos termos já referidos no ponto 1.6 do presente relatório. BALANÇO 2012-2016

ACTIVO LIQUIDO		2016	2015	2014	2013	2012
Imobilizado						
Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	35.064,19	35.064,19	132.553,45	132.553,45	132.553,45
452	Edifícios	0,00	0,00	45.979,40	45.979,40	45.979,40

453	Outras construções e infra-estruturas	12.778.629,55	56.632.446,69	3.430.069,60	3.160.613,97	3.221.088,36
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e	66.349,13	66.349,13	72.632,53	72.061,26	71.783,95
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	696.780,23	722.692,08	748.603,93
445	Imobilizações em curso	1.256.736,79	4.647.268,84	6.638.456,30	6.805.539,63	5.704.939,84
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		14.136.779,66	61.381.128,85	11.016.471,51	10.939.439,79	9.924.948,93
Imobilizações incorpóreas						
431	Despesas de instalação	53.874,00	74.046,00		0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de	0,00	2.399,91	134.136,54	134.136,54	123.211,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.994,12	14.802,74	418.068,10	405.497,00	386.913,99
443	Imobilizações em curso	68.019,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		124.887,12	91.248,65	552.204,64	539.633,54	510.125,43
Imobilizações corpóreas						
421	Terreno e recursos naturais	14.620.773,83	14.620.773,83	3.125.481,08	3.112.158,47	3.031.460,37
422	Edifícios e outras construções	17.562.600,28	25.176.972,41	7.381.329,44	7.538.878,39	7.773.892,00
423	Equipamento básico	197.199,17	383.810,09	503.961,88	539.218,92	584.366,94
424	Equipamento de transporte	486.733,96	504.961,43	1.559.075,92	1.546.209,94	1.415.282,03
425	Ferramentas e utensílios	5.432,81	7.466,07	409.769,82	406.759,82	407.973,72
426	Equipamento administrativo	167.051,67	301.781,25	512.895,25	501.806,71	490.391,90
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	16.534,68	33.676,25	1.268.899,52	1.269.766,52	1.273.391,07
442	Imobilizações em curso	1.477.213,92	1.966.298,44	11.957.286,06	11.008.564,79	9.988.740,30
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		34.533.540,32	42.995.739,77	26.718.698,97	25.923.363,56	24.965.498,33
Investimentos financeiros						
411	Partes de capital	0,00	0,00		0,00	15.848,16
412	Obrigações e títulos de participação	859.797,72	859.797,72	939.042,02	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	551.825,06	551.825,06	551.825,06
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		859.797,72	859.797,72	1.490.867,08	551.825,06	567.673,22
Circulante						
Existências						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	284.148,22	288.929,36	351.328,49	399.795,51	218.043,55
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		284.148,22	288.929,36	351.328,49	399.795,51	218.043,55
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo						
Dívidas de terceiros - Curto prazo						
28	Empréstimos concedidos	16.742,41	18.696,97	19.536,37	15.763,75	23.896,82

[Assinatura]
fandor

211	Clientes, c/c	63.322,22	150.888,56	108.885,17	341.796,42	103.035,57
212	Contribuintes, c/c	11.860,10	9.713,25	9.486,11	8.920,91	8.916,53
213	Utentes, c/c	32.288,13	22.293,71	11.925,03	6.347,17	14.704,18
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	14.472,63	944,19	944,19	1.003,53	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicas	16.174,79	7.952,82	34.044,83	9.385,48	3.049,89
262+263+2662+67+268	Outros devedores	80.354,62	448.513,94	358.547,94	3.181,68	0,00
		235.214,90	659.003,44	543.369,64	386.398,94	153.602,99
	Títulos negociáveis					
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e					
12	Depósitos em instituições financeiras	2.769.241,26	818.688,52	780.454,28	888.337,54	1.948.906,25
11	Caixa	12.076,94	4.278,39	10.540,52	16.633,69	18.860,18
		2.781.318,20	822.966,91	790.994,80	904.971,23	1.967.766,43
	Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proveitos	339.448,50	319.674,63	342.942,52	432.129,90	173.982,23
272	Custos diferidos	350,00	26.174,38	22.899,39	0,00	0,00
		339.798,50	345.849,01	365.841,91	432.129,90	173.982,23
	Total de amortizações	79.024.499,65	21.872.197,67	7.845.955,67	6.847.859,66	6.258.661,22
	Total de provisões					
	Total do activo	53.295.484,64	107.444.663,71	41.829.777,04	40.077.557,53	38.481.641,11

BALANÇO

2012-2016

Un: Euro

	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2016	2015	2014	2013	2012
51	Património	99.506.607,49	99.506.607,49	7.696.328,22	7.696.328,22	6.916.911,70
55	Ajustamento de partes de capital em	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reservas:					
571	Reservas legais	1.408.054,74	1.317.406,48	1.306.211,16	1.219.932,36	1.126.457,00
572	Reservas estatutárias	90.648,26	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
574	Reservas livres	1.317.406,48	1.317.406,48	1.306.211,16	1.219.932,36	1.126.457,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature: fardoso

576	Doações	9.557,00	9.557,00	9.557,00	9.557,00	9.557,00
577	Reservas decorrentes de transferências de		0,00	0,00	0,00	0,00
59	Resultados transitados	-63.280.440,43	-11.532.647,81	16.263.612,84	14.739.879,88	13.588.112,96
88	Resultado líquido do exercício	-1.029.492,66	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90	1.869.507,17
		38.022.340,88	92.431.294,88	26.805.826,80	26.611.205,72	24.637.002,83
	Passivo :					
292	Provisões para riscos e encargos	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo					
2312	Empréstimos de Médio e longo prazo	1.318.688,57	1.059.739,91	1.379.188,47	1.783.843,15	2.186.266,26
2613	Fornecedores Leasing	176.661,27	74.031,84	103.105,35	139.332,14	50.743,16
2615	Outros Forn de imobilizado MLP		0,00	0,00	0,00	50.519,74
	Dívidas a terceiros - Curto prazo :					
217	Clientes e utentes, c/cauções	0,00	0,00	0,00	0,00	424.829,28
2681	Credores Diversos - FAM	491.313,72	736.969,72	0,00	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	32.076,97	130.343,72	1.813.413,22	1.484.184,45	1.816.191,59
228	Fornecedores - Faturas em receção e	501.371,15	340.624,83	168.454,38	431.220,43	0,00
252	Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	567.652,34	635.231,90	152.951,15	101.184,36	1.392.070,57
2614	Outros Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	178.519,82	185.363,52	373.300,74	318.806,23	249.129,75
2618	Cauções empreitadas	0,00			0,00	0,00
217+2 6 2+263 +	Outros credores	658.536,55	588.119,92	1.224.866,57	417.629,55	135.044,14
	Acréscimos e diferimentos:					
273	Acréscimos de custos	860.875,55	792.014,95	749.515,85	815.340,15	868.332,94
274	Proveitos diferidos	10.287.447,82	10.471.835,96	9.055.064,81	7.974.811,35	6.671.510,85
	Total do passivo	15.273.143,76	15.014.276,27	15.019.860,54	13.466.351,81	13.844.638,28
	Total dos fundos próprios e do passivo	53.295.484,64	107.445.571,15	41.825.687,34	40.077.557,53	38.481.641,11

5 - Aplicação de resultados

O resultado líquido apurado no decorrer do exercício de 2016 ascende ao montante negativo de 1.029.492,66 euros.

Este apuramento contrapõe o resultado positivo de 1.812.965,24 euros de 2015, devendo-se fundamentalmente ao facto de ser ter regularizado o imobilizado. Foram transferidos de imobilizado em curso para imobilizado firma cerca de 3,9 milhões de euros de bens que passaram a ter amortizações.

No total das amortizações do exercício que passaram de 843.097,00 euros para 3.690.782,04 euros, por ter ocorrido uma correção que afetou vários anos.

Por outro lado, os resultados extraordinários também influenciaram o resultado negativo, pelo facto de ter sido constituída uma provisão de cerca de 239 mil euros.

O resultado negativo constitui uma situação tendencialmente normal face ao peso das amortizações na estrutura de custos, pois o grande volume das amortizações são relativas às

Handwritten signature: Handover

estradas e arruamentos que não geram proveitos diretos, e os proveitos indiretos do FEF que se arrecadam são insuficientes para o nível legal das amortizações.

Acresce finalmente que o município tem seguido uma política (benéfica) de descentralização e apoio às instituições, que se reflete “negativamente” nos resultados extraordinários em cerca de 700 mil euros.”

Interveio seguidamente o Senhor Vereador Olímpio Galvão referindo que é pena que o Relatório não tenha sido enviado mais cedo para uma melhor análise do mesmo. Realçou algumas questões e questionou a Sra. Presidente sobre o facto de não constar da documentação o Relatório do ROC.

Ao que a Senhora Presidente disse que não é obrigatório e por isso não enviou, será distribuído depois para a Assembleia Municipal.

De novo no uso da palavra o Senhor Vereador Olímpio Galvão disse, que nestes termos, não estão reunidas condições para votar favoravelmente esta proposta, tendo apresentado uma declaração de voto.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores do PS, aprovar a Prestação de Contas de 2016, tendo apresentado uma declaração de voto que se transcreve. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

Declaração de Voto

“Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não podem assinar a declaração de responsabilidade no âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2016, uma vez que não conseguem garantir, segundo o seu conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras.

Tal tarefa torna-se ainda mais difícil quando o Relatório de Gestão do ano de 2016 é entregue cerca de 24 horas para análise e aprovação, e quando o Relatório do Revisor Oficial de Contas não está ainda sequer concluído.”

C) 1ª Revisão Orçamental 2017

Interveio novamente a Senhora Presidente submetendo à consideração do Executivo a proposta referente à 1ª Revisão Orçamental de 2017, que surge no âmbito da aplicação do saldo transitado da gerência do ano de 2016, para reforço das rubricas constantes do documento em anexo.

O referido anexo foi rubricado por todos os eleitos presentes na reunião, da qual e nos termos da Lei aqui se dá por integralmente transcrito, ficando apenso aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores do PS, aprovar a 1ª Revisão Orçamental de 2017. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

3. SÓCIO CULTURAL

A) Protocolos de Escolas e Escolinhas de Desporto – Proposta de Adesão/2 Associações – Equimor – Sonhos e Troféus, Associação Equestre; Associação de Pais do Jardim de Infância nº1 de Montemor-o-Novo

Interveio seguidamente o Senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“O desenvolvimento da atividade desportiva, nas suas múltiplas vertentes de formação, competição e lazer, merece desde há muitos anos, a maior atenção por parte do Município de Montemor-o-Novo.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, tem estabelecido protocolos com os clubes e associações com vista ao desenvolvimento das estruturas acima referidas destinadas às crianças e jovens dos 4 aos 12 anos.

O desenvolvimento deste projeto é efetuado em parceria com os clubes interessados, parceria essa, assente num processo contratual que define obrigações e direitos mútuos, cujo texto foi aprovado na reunião da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, de 3 de Abril de 2013.

Estes Protocolos de apoio à criação e desenvolvimento das Escolas e Escolinhas de Desporto dos Clubes, enquadram-se no Capítulo VI do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo sem Fins Lucrativos.

A Câmara Municipal tem como objetivo alargar esta iniciativa a mais Clubes e Associações, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da atividade física no concelho.

Baseado neste princípio propõe-se a adesão da seguinte associação ao referido protocolo:

- Equimor - Sonhos e Troféus, Associação Equestre

. Criação de 1 Grupo de Atividade composto por 7 alunos, até aos 8 Anos;

. Criação de 2 Grupos de Atividade compostos por 15 alunos, até aos 12 Anos;

- Associação de Pais do Jardim de Infância nº 1 de Montemor-o-Novo

(Com apoio do Clube de Ténis)

. Criação de 4 Grupos de Atividade compostos por 45 alunos, até aos 8 anos.

Assim, Propõe-se para aprovação pelo Executivo Municipal, a adesão ao programa da Associação acima referida."

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Adesão das referidas Associações.

B) Proposta de Programa de Voluntariado Jovem – Apoio às Atividades de Verão 2017

Continuando no uso da palavra, o Senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

"Considerando o desenvolvimento das atividades de verão '17, e à semelhança de anos anteriores propõe-se no âmbito do programa de voluntariado Jovem da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, aprovado em reunião do executivo municipal do dia 9 de Junho '10, o desenvolvimento de um programa de voluntariado para as Piscinas Recreativas Municipais, CASE - Oficina da Criança, Biblioteca Almeida Faria e a DAOTU - Ambiente, como colaboradores na vigilância dos espaços e apoio no desenvolvimento das atividades programadas, cuja proposta de operacionalização seria:

- Integrar até 24 jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos;

- No período compreendido entre 03 de Julho a 25 de Agosto no CASE;

- De 3 de Julho e 8 de Setembro nas Piscinas Recreativas Municipais;

- Do dia 03 de Julho a 31 de agosto na Biblioteca Municipal Almeida Faria;

- Do dia 21 de julho a 8 de agosto '17 pela cidade ao serviço da DAOTU – Ambiente (em duas ações da Campanha Agir para Reduzir).

Horário das Piscinas: de Terça a Sexta-feira (5 horas diárias)

Manhã: 11:00 h às 13:00 h

Tarde: 15:00 h às 18:00 h

Horário do CASE: de segunda-feira a sexta-feira (com exceção do dia 15 de agosto feriado)

Manhã: 10:00 h às 12:00 h

Tarde: 15:00 h às 18:00 h

Nota: Sextas-feiras (5 horas não contando com a hora de almoço e de viagem de ida e regresso da praia).

Horário da Biblioteca: de segunda a sexta-feira (com exceção do dia 15 de agosto feriado)

Manhã: 10.00h às 12.00h

Tarde : 15.00h às 18.00h

Horários da DAOTU – Ambiente: de Segunda a Sábado (com dois turnos por dia em horários diferentes)

1º Turno _Manhã: 9.00h às 12.00h

Tarde: 13.00h às 15.00h

2º Turno _15.00h às 20.00h

Para o ressarcimento de despesas, nomeadamente de alimentação e transportes, propõe-se a atribuição um valor máximo de 10€/turno de 5 horas, a cada voluntário. Prevê-se um valor total máximo de 2840.00€ (dois mil oitocentos e quarenta euros).



O presente programa de voluntariado terá a coordenação do serviço de Juventude, em colaboração com os serviços de Desporto, Animação Socioeducativa, Biblioteca Municipal e DAOTU – ambiente.

O programa de voluntariado terá a coordenação do Desporto, do CASE, da Biblioteca e da DAOTU – ambiente com a colaboração do serviço da Juventude.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

C) Proposta de Protocolo com a Associação de Proteção Social à População de Santiago do Escoural – Apoio para aquisição de equipamento/viatura adaptada

Interveio novamente a Senhora Presidente para apresentar a seguinte proposta:

“No seguimento do pedido de apoio da Associação de Proteção Social à População de Santiago do Escoural, para aquisição de uma viatura adaptada para transporte de pessoas em cadeira de rodas, propõem-se no âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, nomeadamente do artigo 38º – Protocolos e Contratos-Programa, um apoio no valor de 20% do investimento total efetuado pela Associação.

Para tal se redigiu uma proposta de protocolo de colaboração entre o Município e a Associação de Proteção Social à População de Santiago do Escoural que se submete a aprovação superior.

Total de Investimento: 28.870,08€

20% de 28.870,08€ = 5.774,02€ (Proposta de apoio)

A referida proposta de Protocolo foi rubricada por todos os eleitos presentes na reunião, a qual e nos termos da Lei aqui se dá por integralmente transcrito, ficando apenso aos documentos da presente Ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

D) Proposta de Alteração ao Programa de Voluntariado da Feira da Luz 2017

De novo no uso da palavra o Senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Propõe-se que no âmbito da Feira da Luz/2017, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, de acordo com o n.º 4 do art.º 1 do Programa de Voluntariado, aprovado na reunião do Executivo Municipal do dia 9 de Junho de 2010, aprove o desenvolvimento de um programa de voluntariado para apoio às diversas atividades que o município implementa no referido certame.

Considerando o elevado número de jovens entre os 14 e os 15 anos que têm solicitado a integração no programa de voluntariado da Feira da Luz, e tendo em conta que muitas das atividades que se desenvolvem podem ser apoiadas por jovens a partir dos 14 anos, propõe-se para aprovação a alteração da idade mínima dos jovens participantes de 16 para 14 anos.

Esta proposta apresenta como objetivo principal, fomentar o voluntariado e promover o envolvimento da comunidade local, no sentido de permitir aos jovens que o desejarem, vivenciarem a feira numa perspetiva abrangente e mais partilhada com uma maior consciência cívica.

Nomeadamente na tomada de conhecimento e divulgação de Montemor, das suas associações, empresas e parcerias.

Este programa poderá integrar até 42 voluntários, que irão colaborar nas atividades da autarquia e dos seus parceiros no decorrer da iniciativa, apoiando a receção, a organização, os visitantes, a animação cultural do recinto, a atividade desportiva, as exposições e iniciativas de cariz ambiental, entre outras.

Para o ressarcimento de despesas, nomeadamente de alimentação e transportes, propõe-se a atribuição um valor máximo de 10€/turno de 5 horas, a cada voluntário. Prevê-se um valor total máximo de 2.000.00€ (dois mil euros).

O presente programa de voluntariado terá a coordenação do serviço de Juventude e obedecerá ao programa aprovado.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

E) Proposta de atribuição de subsídio – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo – Participação para aluguer de autocarro/deslocação a Lisboa

Retomou a palavra o Senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Na sequência do pedido efetuado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, solicitando a cedência de transporte, para uma deslocação a Lisboa, no próximo dia 9 de Abril, para a participação numa prova de Atletismo, para o qual o Município de Montemor-o-Novo, com as imposições relativas à realização de horas extraordinárias não pode assumir, a referida Associação teve de alugar um autocarro pelo valor de 300,00 € (Trezentos Euros), para assegurar a viagem de ida e volta.

No âmbito do artigo 59º, do Capítulo X do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Instituições Desportivas - Grupos e Clubes Desportivos), publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propomos a concessão de um subsídio, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, para apoio a esta deslocação, no valor de 210,00 € (Duzentos e Dez Euros), tendo por base o apoio de 70% da despesa efetuada ou o valor máximo previsto, para execução dos compromissos assumidos pelas associações, inerentes à participação em competições, de acordo com os critérios aprovados na reunião de Câmara de 25 de Novembro de 2015.

Informamos também que é o primeiro apoio pedido no ano de 2017 pela Associação.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição de subsídio.

F) Pedido de isenção de taxas – “IV Corrida Louca em Carrinhos de Rolamentos” - Lavre

Continuando no uso da palavra o Senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

“Refere-se o presente requerimento ao pedido de isenção de taxas referente à emissão de Licença para Realização de Divertimento Público (em via pública) para realização da prova desportiva denominada de “IV Corrida Louca em carrinhos de Rolamentos”, a levar a efeito pelo ACDL – Associação Cultural Lavre Dinâmico, no dia 8 de Abril do corrente ano, entre as 15h00 e as 18h30, em Lavre, num pequeno troço da estrada municipal e o novo loteamento junto à EN 114.

Sobre o pedido cumpre-nos dizer o seguinte:

1 – O pedido enquadra-se na alínea e) do ponto 8 do artigo 9º do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais em vigor – redução até 50% do valor das taxas administrativas constantes nos capítulos I a III daquele regulamento;

2 – Face ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal delibere a redução em cerca de 50% do valor da taxa prevista no artigo 32º do Anexo I do citado Regulamento.”

O documento tem o seguinte despacho do Sr. Vereador João Marques: *“Autorizado. Leve-se a reunião de Câmara para ratificação.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador João Marques.

4. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE N.ª SR.ª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - OBRA DE ADAPTAÇÃO E MELHORAMENTO DE ESPAÇOS DE PRÉDIO MUNICIPAL

Interveio seguidamente a Senhora Vereadora Palmira Catarro apresentando a seguinte proposta:

“O Município de Montemor-o-Novo, com sede no Largo dos Paços do Concelho, 7050-127, pessoa coletiva n.º 0506609553, adiante designado por Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, representado neste ato pela sua Presidente, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, portadora do Cartão de Cidadão n.º 11018520, válido até 19/11/2019,

E

A Junta de Freguesia da União das Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, com sede no Largo Professor Dr. Banha de Andrade, 7050-111, Montemor-o-Novo, na Rua 5 de Outubro n.º 57, 7050-355, Montemor-o-Novo e na Rua Florbela Espanca n.º 3, 7050-677, Silveiras, pessoa coletiva n.º 510838308, adiante designada por Junta de Freguesia da União das Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, representada neste ato pelo seu Presidente, António Joaquim da Silva Danado, portador do cartão de cidadão n.º 10839672, válido até 6/3/2017.

Considerando que;

- 1. Que o Município de Montemor-o-Novo foi pioneiro e tem mantido uma orientação política estratégica de descentralização e cooperação com as Freguesias do concelho. Esta política municipal funda-se no reconhecimento de que as Freguesias gozam de autonomia própria e igual legitimidade democrática no nosso sistema político oriundo da Revolução de Abril de 1974 e que levou à institucionalização do Poder Local Democrático em Portugal. Esta política municipal baseia-se ainda na profunda convicção de que a descentralização, a subsidiariedade, a solidariedade e a cooperação são fatores decisivos para o desenvolvimento e a melhoria das condições e qualidade de vida dos cidadãos;*
- 2. Que os eleitos das Freguesias, em virtude da sua proximidade, têm uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades das populações;*
- 3. Que o artigo n.º 25.º, n.º 1, al.j) da Lei 75/2013, podem, sob proposta do Município, ser deliberadas formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;*
- 4. Que a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, Bispo e Silveiras assumiu a remodelação e melhoramento do Espaço da sede da Rua 5 de outubro para adaptação a Casa das Associações;*
- 5. Que a Junta de Freguesia se assumiu como responsável pela conclusão das obras solicitadas pela "Ofício das Artes";*
- 6. Que o n.º 57 da Rua 5 de outubro é propriedade municipal;*
- 7. Que a Junta de Freguesia paga, pela utilização da sede da rua 5 de outubro, uma renda de 250€ (duzentos e cinquenta euros) mensais;*
- 8. Que a sede da Rua 5 de outubro, devido às obras solicitadas pela "Ofício das Artes", esteve encerrada de outubro de 2015, até março de 2016, tendo a Junta de Freguesia assumido o pagamento das rendas à Câmara Municipal, no valor de 250€ (duzentos e cinquenta euros) mensais, totalizando uma despesa de 1500.00 € (mil e quinhentos euros);*
- 9. Que de abril de 2016 a abril de 2017 a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras não efetuou o pagamento das rendas à Câmara Municipal, com a perspetiva de virem a ser anuladas essas faturas, num valor total de 3.000€ (três mil euros, referentes a 12 meses de renda) situação que, por lapso dos Serviços Administrativos do Município, não se verificou.*

Assim:

Nos termos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovada pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, decidem celebrar Protocolo de Colaboração nos termos da seguinte proposta:

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

**ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A JUNTA DE FREGUESIA DA
UNIÃO DE
FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DA VILA, NOSSA SENHORA DO BISPO E SILVEIRAS
(Cabimento n.º 1294/17)**

**Obras de remodelação da sede da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e
Silveiras, Rua 5 de outubro n.º 57**

Entre

O Município de Montemor-o-Novo, com sede no Largo dos Paços do Concelho, 7050-127, pessoa coletiva n.º 0506609553, adiante designado por Câmara Municipal de Montemor-o-Novo,

representado neste ato pela sua Presidente, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, portadora do Cartão de Cidadão nº 11018520, válido até 19/11/2019,

E

A Junta de Freguesia da União das Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, com sede no Largo Professor Dr. Banha de Andrade, 7050-111, Montemor-o-Novo, na Rua 5 de Outubro nº57, 7050-355, Montemor-o-Novo e na Rua Florbela Espanca nº 3, 7050-677, Silveiras, pessoa coletiva nº510838308, adiante designada por Junta de Freguesia da União das Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, representada neste ato pelo seu Presidente, António Joaquim da Silva Danado, portador do cartão de cidadão nº 10839672, válido até 6/3/2017.

Considerando que;

1. Que o Município de Montemor-o-Novo foi pioneiro e tem mantido uma orientação política estratégica de descentralização e cooperação com as Freguesias do concelho. Esta política municipal funda-se no reconhecimento de que as Freguesias gozam de autonomia própria e igual legitimidade democrática no nosso sistema político oriundo da Revolução de Abril de 1974 e que levou à institucionalização do Poder Local Democrático em Portugal. Esta política municipal baseia-se ainda na profunda convicção de que a descentralização, a subsidiariedade, a solidariedade e a cooperação são fatores decisivos para o desenvolvimento e a melhoria das condições e qualidade de vida dos cidadãos;

2. Que os eleitos das Freguesias, em virtude da sua proximidade, têm uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades das populações;

3. Que o artigo n.º 25.º, n.º1, al.j) da Lei 75/2013, podem, sob proposta do Município, ser deliberadas formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

4. Que a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, Bispo e Silveiras assumiu a remodelação e melhoramento do Espaço da sede da Rua 5 de outubro para adaptação a Casa das Associação;

5. Que a Junta de Freguesia se assumiu como responsável pela conclusão das obras solicitadas pela "Ofício das Artes";

6. Que o n.º 57 da Rua 5 de outubro é propriedade municipal;

Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

7. Que a Junta de Freguesia paga, pela utilização da sede da rua 5 de outubro, uma renda de 250€ (duzentos e cinquenta euros) mensais;

8. Que a sede da Rua 5 de outubro, devido às obras solicitadas pela "Ofício das Artes", esteve encerrada de outubro de 2015, até março de 2016, tendo a Junta de Freguesia assumido o pagamento das rendas à Câmara Municipal, no valor de 250€ (duzentos e cinquenta euros) mensais, totalizando uma despesa de 1500.00 € (mil e quinhentos euros);

9. Que de abril de 2016 a abril de 2017 a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras não efetuou o pagamento das rendas à Câmara Municipal, com a perspetiva de virem a ser anuladas essas faturas, num valor total de 3.000€ (três mil euros, referentes a 12 meses de renda) situação que, por lapso dos Serviços Administrativos do Município, não se verificou.

Assim:

Nos termos do disposto na alínea j), n.º1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovada pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, decidem celebrar o presente Protocolo de Colaboração que se regerá pelo princípio da boa fé e pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

O presente Protocolo refere-se à obra de Adaptação e Melhoramento de Espaços de prédio municipal, arrendado como sede da União de Freguesia de N.º Sr.ª da Vila, N.º Sr.ª do Bispo e Silveiras, nº 57 da Rua 5 de outubro.

Cláusula 2ª



A Junta de Freguesia assume-se como dona da obra, competindo-lhe a gestão, fiscalização e o respetivo pagamento, no total de 32.178,09 Euros (trinta e dois mil, cento e setenta e oito euros e nove cêntimos), valor já com iva incluído à taxa legal em vigor.

Cláusula 3ª

À Câmara Municipal compete o pagamento à Junta de Freguesia da totalidade da verba despendida na obra, ou seja 32.178,09 Euros (trinta e dois mil, cento e setenta e oito euros e nove cêntimos), valor já com iva incluído à taxa legal em vigor. A esta verba deve, no entanto, ser diminuído o valor de 1.500€ (mil e quinhentos euros, valor referente às 12 rendas não pagas pela União de Freguesias ao Município (abril de 2016 a abril de 2017), já deduzido das rendas pagas pela Junta de Freguesia, de outubro de 2015 a março de 2016, período em que a sede da Rua 5 de Outubro se encontrou encerrada. Ou seja, compete à Câmara Municipal o pagamento de um total de 30.678,09€ (trinta mil seiscientos e setenta e oito euros de nove cêntimos), valor já com IVA incluído à taxa legal em vigor.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de Protocolo. O documento remete-se à Assembleia Municipal.

5.MOÇÃO SAUDAR ABRIL, NO 43º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974

Interveio novamente a Senhora Presidente submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Considerando que assinalamos em 2017 o 43º aniversário da Revolução de Abril e do Portugal livre dos grilhões opressores do fascismo;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo portugueses;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril, A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 21/04/2017, delibera aprovar moção nos termos da proposta anexa.

Saudar Abril, no 43º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974

Considerando que assinalamos em 2017 o 43º aniversário da Revolução de Abril e do Portugal livre dos grilhões opressores do fascismo que durante anos marcou o país através da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

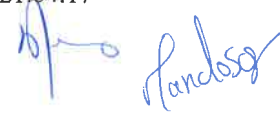
Considerando que a Revolução de Abril permitiu importantes conquistas políticas, sociais, económicas e culturais, consagradas na Constituição da República e que serviram de motor de arranque para um exponencial desenvolvimento do País, resultado da imprescindível e marcante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo portugueses;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril, permitindo a Montemor-o-Novo e à sua população entrar num trilho de desenvolvimento sem precedentes, marcado pelo progresso sustentável, onde a inovação, a criatividade e a participação das populações é a garantia de que é possível construir um Futuro sempre melhor;

Considerando que nos últimos tempos se tem verificado um perigoso agravamento da situação internacional, motivado pela deriva imperialista dos EUA, acompanhados pelos seus aliados, incluindo da NATO e da União Europeia tornando fundamental que o Estado português, respeitando e defendendo a Constituição da República, faça ouvir a sua voz nas instâncias internacionais, contra esta perigosa deriva belicista, pelo respeito da Carta das Nações Unidas e a



solução pacífica dos conflitos, pelo desarmamento e a paz e que essa é a única posição consentânea com os valores da Revolução de Abril;

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 21/04/2017, delibera:

- 1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.*
- 2. Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.*
- 3. Alertar os trabalhadores, os eleitos autárquicos e a população para a gravidade da situação internacional e apelar à sua mobilização para repelir o perigo de guerra e defender a paz.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores do PS, aprovar a referida proposta de Moção.

6. PROPOSTA DE ATA Nº06 DE 22/03/2017

A referida proposta de Ata transitou para a próxima reunião de Câmara Municipal.

7. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

No período reservado ao atendimento de munícipes, não compareceu qualquer munícipe interessado em colocar questões.

Aprovação da ata em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A ASSISTENTE TÉCNICA

